



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0585/10	DATA: 12/05/2010
INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 17h41min	DURAÇÃO: 03h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h08min	PÁGINAS: 64	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
SARGENTO RODRIGUES – Deputado Estadual e 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. ELIAS MILER DA SILVA – Diretor de Relações Institucionais e Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME. LEONEL LUCAS LIMA – Presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Cabos, Soldados, Policiais e Bombeiros Militares do Brasil – ANERCS. FRANCISCO RODRIGUES – Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Rio de Janeiro – SSSP-RJ. JÂNIO BOSCO GANDRA – Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis – COBRAPOL. JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO – Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil – AMEBRASIL.

SUMÁRIO: Debate sobre os crescentes índices de violência urbana no País, as ações necessárias para minimizá-los e a tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 300, de 2008, e 308, de 2004.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Esta reunião tem por finalidade debater com o Deputado Sargento Rodrigues, 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o Coronel Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; o Soldado Leonel Lucas, Presidente da Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos, Soldados, Policiais e Bombeiros Militares do Brasil; o Coronel Abelmídio de Sá Ribas, Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil; o Dr. Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis; e o Dr. Francisco Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Rio de Janeiro e representante da FEBRASPEN. O debate é acerca das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 300 e 308 e demais propostas que tratam da questão relativa a pisos salariais para as categorias.

O objetivo da audiência é obter dos segmentos envolvidos as razões que motivam a aprovação de um piso nacional de salário para as Polícias Civis e Militares e o Corpo de Bombeiros, bem como a discussão sobre a criação da Polícia Penal, para o combate à violência no País. Esta audiência foi proposta pelo ilustre Deputado Alexandre Silveira, de Minas Gerais. O Deputado encontra-se licenciado da Casa, mas a audiência foi mantida para possibilitar a participação dos senhores na discussão, num momento tão importante e decisivo da Casa com relação aos temas que hoje estarão na pauta desta audiência.

Registro a presença do ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Para imprimir melhor organização, nós dividiremos os trabalhos em 2 blocos, cada um com 3 expositores — nossa audiência está sendo transmitida pela Internet para todo o Brasil e será reprisada na *TV Câmara* à noite. Em nome de todos, agradeço aos palestrantes a presença.

Convido, em primeiro lugar, a compor a Mesa dos trabalhos o Deputado Sargento Rodrigues, 3º Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que já se encontra conosco à mesa; o Coronel Miller, representante do Coronel Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares; e



o Sr. Leonel Lucas, Presidente da Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos, Soldados, Policiais e Bombeiros Militares do Brasil.

Esclareço aos Parlamentares, nos termos do art. 256, § 5º do Regimento Interno, que terão o tempo de 5 minutos para perguntas, dispondo os interpelados de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Os Deputados, em função das exposições dos convidados, farão as inscrições para a manifestação. Esclareço também que os expositores, nessa primeira parte, não poderão ser interpelados durante as exposições.

Aqueles que estão em pé, se quiserem ocupar também a segunda fileira, fiquem à vontade, inclusive os demais expositores que estão presentes. Vamos fazer de fato aqui uma reunião de trabalho, deixando livre a primeira fileira por enquanto. As demais podem ser ocupadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas uma orientação. O segundo grupo de participantes vai englobar quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O segundo grupo de participantes será composto pelo Sr. Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis; pelo Sr. Francisco Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Rio de Janeiro; e pelo Coronel Abelmídio de Sá Ribas, Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Os demais expositores do segundo bloco também podem ficar nas fileiras da frente.

Passo a palavra de imediato, então, ao primeiro expositor, Deputado Sargento Rodrigues, 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de 10 minutos, para fazer a exposição inicial. Desde já, agradeço-lhe a presença. Tenho certeza de que vamos ter aqui uma boa reunião de trabalho.

A palavra está à sua disposição, Deputado Rodrigues.

O SR. SARGENTO RODRIGUES - Ilustre Presidente, Deputado Paulo Pimenta, a quem eu cumprimento e de imediato agradeço o honroso convite desta Casa.



Quero aproveitar e cumprimentar também o nosso grande Líder Deputado Arnaldo Faria de Sá, autor da PEC que tem movimentado todo o Brasil, a PEC 300, e que, com muita garra, vem defendendo aqui, nesta Casa, com muito brilhantismo, os interesses dos integrantes da segurança pública do Brasil.

Quero cumprimentar também o ilustre Coronel Miller, também aqui representando a segurança pública neste momento e representando aqui também os policiais militares, especialmente os oficiais da Polícia Militar e os bombeiros militares. Quero cumprimentar aqui o nosso companheiro Leonel Lucas, Presidente da Associação dos Cabos e Soldados do Brasil.

Sr. Presidente, senhores e senhoras, meus companheiros agentes penitenciários, de segurança penitenciária e socioeducativos, que também fazem parte desta plateia, policiais civis e militares e bombeiros, é com muita satisfação, Sr. Presidente e ilustre Relator desta CPI, que nós vimos participar aqui, nesta data.

Segurança pública, tema sempre muito complexo. E, infelizmente, ainda não tivemos, por parte das autoridades constituídas, aquelas que realmente podem e têm poder de decisão... para que as coisas pudessem caminhar da forma que o Brasil merece.

Eu, neste momento, Sr. Presidente, vou buscar algumas experiências do nosso Estado. O Estado de Minas Gerais é um Estado que tem 853 municípios — regiões como o norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Triângulo Mineiro e sul de Minas — e que, na verdade, retrata as diferenças regionais que o nosso País tem. Portanto, Minas Gerais tem essa característica. Assim dizia o nosso grande escritor Guimarães Rosa: Minas são muitas. E na verdade, Minas é um retrato da grandeza deste País com extensão continental.

Sr. Presidente, no que diz respeito à segurança pública, em Minas Gerais, nós realizamos um seminário chamado *Segurança para Todos*, conforme dispõe este exemplar aqui, em que nós compilamos várias informações, com especialistas, com a participação efetiva dos policiais militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários, várias instituições da sociedade civil organizada e também pesquisadores renomados no Brasil que participaram desse debate. Foram 6 plenárias que nós fizemos pelo interior do Estado. E aqui, Sr. Presidente, nessa rica experiência que nós tivemos durante esse debate com o *Segurança para Todos*, nós



colhemos informações que, eu diria, certamente poderão contribuir para o enriquecimento desse debate.

Quatro pontos nós destacamos desse seminário. O primeiro ponto: Ações Preventivas e Envolvimento da Sociedade Civil.

Minas Gerais, acredito, tem experiências ricas neste momento, porque ousou discutir segurança pública passando pelo campo da prevenção social. Até então, os nossos Governadores que passaram por Minas Gerais... E, acredito, Deputado Arnaldo Faria de Sá, ilustre Coronel Miller e nosso companheiro Leonel Lucas, que a gente observe isso em vários Estados da Federação. Governadores, quando queriam falar sobre segurança pública, reuniam um determinado público, em determinada praça ou espaço público, para anunciar a entrega de “x” número de viaturas e também anunciar que estavam contratando mil policiais, 2 mil policiais civis e militares. E assim se resumiam as ações para a segurança pública.

Disse logo no início da minha fala, Sr. Presidente: segurança pública é muito complexa e não se resume apenas em aparato de logística e efetivo de policiais civis e militares, de agentes penitenciários.

Bom, em Minas Gerais, existem ações como o Fica Vivo, ações como o PROERD, desenvolvido pela Polícia Militar, como o Poupança Jovem, que vem ousando. Não que nós estejamos vivendo num mar de rosas lá, em Minas Gerais, mas vem ousando no campo que nós chamamos do campo da prevenção social, não apenas utilizando o aparelho de Justiça Criminal como um aparelho repressor, mas, sim, atuando no campo da prevenção social.

O Fica Vivo — para que a gente tenha aqui uma pequena síntese do que é o Fica Vivo — identifica determinadas vilas, favelas de periferia, identificando pessoas da própria comunidade, que são recrutadas, treinadas, que são monitores. Esses monitores vão desenvolver trabalhos esportivos, culturais, de lazer e de oficinas profissionalizantes, envolvendo aquela comunidade.

Isso é feito, Sr. Presidente, ilustres Parlamentares, sob a ótica de 2 teorias desenvolvidas no aspecto da Sociologia, das correntes sociológicas. Primeiro, a teoria referencial, a teoria da subcultura, identificando situações que o indivíduo vive naquela comunidade. E ele é influenciado por aqueles atores praticantes do crime. Ou seja, é uma forma de levar o braço do Poder Público, o braço do Estado à frente,



antes que a referência, o assaltante, o traficante possa cooptar crianças e adolescentes para o crime. Então, essas 2 teorias, de forma muito, eu diria, resumida, elas tratam desse assunto. É rompimento. E a chamada teoria da subcultura, que é aquela que, de forma muito simplista, traduz que o homem é produto do meio.

Então, o Fica Vivo e outros programas no campo da prevenção social tratam dessa matéria com este enfoque: atuar no campo da prevenção social, antes que o crime ocorra.

A ação nº 2, que foi foco de debate, longos debates desse seminário, trata do financiamento da segurança pública.

Pasmem, senhores e senhoras, nós temos um projeto naquela Casa que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública. Qual é o objetivo desse projeto? Vincular as receitas das taxas de segurança pública. E nós fizemos um acompanhamento de vários anos, seguidamente, por 5 anos. Hoje nós temos uma arrecadação de mais de 700 milhões de reais apenas com a taxa de segurança pública.

Na outra ponta, ilustre Deputado Paulo Pimenta, nós temos um Estado com 853 municípios, em que a ingerência política é praticada cotidianamente, no seio das instituições policiais civis e militares. Ou seja, nós ficamos na dependência do Prefeito, com o financiamento na compra de gasolina, de material de escritório, de material de limpeza e tantas outras coisas, reforma de viatura, gasolina. Ou seja, uma manutenção que é custeada pelo Prefeito.

E o Prefeito vem cobrar a fatura. Qual é a fatura? Ao policial civil ou militar é dificultada a sua autonomia como autoridade policial de executar a prisão do cabo eleitoral do Prefeito, de executar a prisão daquele que multou, aliás, daquele que multou o cabo eleitoral do Prefeito, o correligionário do Prefeito. O Prefeito acaba cobrando essa fatura e cobrando com a transferência desse policial, cobrando com... desestabilizando a família daquele policial. Esquecendo ele que o policial tem filhos que estão estudando, às vezes uma esposa trabalhando. E muitas vezes essa ingerência.

Então, o financiamento público da segurança é necessário, mas de forma concreta, através de lei. Ou seja, nós temos que ter, definitivamente, recursos para a segurança pública de forma carimbada, de forma a dar às instituições envolvidas na



área de segurança pública autonomia para fazer a sua logística e a sua manutenção, não sendo pedintes, não sendo aqueles que vão com o pires na mão pedir esmola aos Prefeitos para a manutenção dessa segurança pública.

Então, a transferência de policiais, ela é corriqueira por parte dessa ingerência política, de forma perniciosa e conivente dos seus atores. Por parte... Nós temos lá, inclusive, eu diria, orientações por parte do comando, para que o oficial que esteja à frente, seja ele tenente, capitão ou major, vá até o Prefeito, faça aquela política de boa vizinhança e que leve a ele o famoso convênio para que ele possa ser contemplado com verbas municipais. Então, segurança pública passa, pressupostamente, por autonomia financeira dos seus órgãos e instituições.

O terceiro item, Sr. Presidente, é a constituição de um sistema de Justiça Criminal e o compartilhamento de informações, de modo a superar a atuação fragmentada das instituições. Vou dar um exemplo para V.Exa. entender. Fui policial militar durante 15 anos, dos quais 11 eu trabalhei na rua, no combate ao crime e comando de viatura e 4 na central de operações, no chamado CICOp. Antes, chamava COPOM, Centro de Operações da Polícia Militar. Hoje, chama CICOp. Depois de muita luta, em Minas Gerais, nós conseguimos aprovar uma lei. Lei essa de minha autoria, Lei nº 13.968, de 2001, que determinou o acesso comum às informações.

Sr. Presidente e ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, como funcionava em Minas Gerais? A Polícia Civil mantinha o seu banco de dados de arquivos criminais. Então, ela mantinha em seus bancos de dados: o histórico de placa de veículo, o histórico criminal de um cidadão, processo, mandado de prisão. Na outra ponta, nós tínhamos um sistema prisional capenga, que também tinha o seu banco de dados, e na Polícia Militar, do lado de cá, o banco de dados que era compilado através das ocorrências policiais. Esses bancos de dados não se comunicavam.

Por diversas vezes, Sr. Presidente, nós tivemos que mendigar ao Centro de Operações da Polícia Militar, para que pedisse uma informação à CEPOV, da Polícia Civil. Ou seja, é o próprio Estado desorganizado, negando a informação para um policial que estava na rua, de viatura, caracterizado, fardado, no combate ao crime. Por quê? Porque a coirmã não queria fornecer informação. Porque, ao entregar essa informação, nós estaríamos entregando parte do ouro que teria na Polícia Civil.



Vencemos essa barreira em Minas Gerais, com a lei que determinou a integração do banco de dados. Hoje, o policial militar que está na rua consegue colher a informação daquele cidadão que está foragido do sistema prisional, ou foragido de uma delegacia ou de um presídio e saber se ele tem contra a sua pessoa um mandado de prisão. Então, vencemos essa barreira. Mas acredito que em parte, uma boa parte do Brasil ainda continua desse jeito.

Por outro lado, nós ainda temos, Sr. Presidente, de fazer a seguinte observação: o Constituinte originário, ele foi muito feliz quando, no art. 144 da Constituição da República, disse que a segurança pública é dever do Estado. Esse Estado, Sr. Presidente, não pode ser resumido apenas de forma míope, como Polícia Militar e Polícia Civil. Esse não é apenas o Estado. O Estado tem de ser entendido de forma mais ampla, de forma no sentido *lato sensu*. O Estado também é Ministério Público. O Estado também é o sistema prisional. O Estado também é o Poder Judiciário.

Ao passo que nós temos aqui, Sr. Presidente, o depoimento de um Promotor da Infância e da Juventude, Ronald Vasconcelos de Albergaria. E faço aqui uma leitura de um pequeno parágrafo, em que ele diz o seguinte: *“Fui promotor da 9ª Vara Criminal em Belo Horizonte durante 6 anos. E, como tal, sofri muito com essa morosidade. Quando chegava lá o inquérito policial de um fato acontecido há 5, 6, 7 anos, tinha que oferecer a denúncia. Mas ele já estava prescrito. E eu sabia que não daria em nada”*.

Portanto, nós temos aqui depoimentos de como há uma demora, às vezes, de o Ministério Público receber o inquérito, ofertar a denúncia e ser condenado. Quanto ao Judiciário, eu acredito que dispensa até aqui uma fala minha mais delongada, porque, em muitos Estados da Federação, o Judiciário não corresponde. Se não corresponde... E nós tivemos a grave deficiência de ter retirado a competência dos delegados de polícia de poder expedir o mandado de busca e apreensão. E isso ficou apenas na mão do Judiciário. Então, para você convencer um juiz, num plantão, de que ele precisa expedir um mandado de busca e apreensão para que a polícia tenha um trabalho mais efetivo e mais eficiente, isso é extremamente complicado.



Então, nós precisamos dar celeridade à ação da polícia nesse aspecto, porque, sem a integração não só de Polícia Civil, Polícia Militar e sistema prisional, mas integrando e trazendo para nós a responsabilidade... Ou será que, em Minas Gerais — vou citar Minas porque desconheço o salário de outros Estados da Federação... O promotor inicial de carreira e o juiz recebem 20 mil reais, ao passo que um agente penitenciário recebe 1.700, e um soldado, agora, 1.800 a partir do dia 1º de maio, e o soldado da Polícia Militar e do Bombeiro, o piso de 2.041.

Portanto, Sr. Presidente, essas deficiências ocorrem e é preciso combatê-las de forma firme. E esta Casa tem uma grande oportunidade.

O último tópico, Sr. Presidente, é exatamente este que nós abordamos: valorização profissional com capacitação e remuneração adequada dos servidores. Tramita nesta Casa a PEC 300. E não podemos deixar de falar dessa PEC. E, para falar dessa PEC, precisamos falar — e é algo que o senhor vai ver aqui, e talvez o senhor não tenha visto fotos dessa natureza, mas deixo aqui — da operação que foi realizada na cidade de São Gotardo, onde o Cabo Vandec sofreu um tiro de fuzil calibre 7.62, de uma quadrilha que tinha uma metralhadora ponto 50. Essa metralhadora foi levada à audiência pública na Assembleia de Minas, na Comissão de Segurança Pública, através de requerimento de minha autoria. A Polícia Civil e 2 promotores de Justiça fizeram um belíssimo trabalho, desmontando essa quadrilha.

Essas são as fotos do Cabo Vandec. Ele não conseguiu descer da viatura durante a abordagem policial. Essa foto, Sr. Presidente, foi tirada logo de imediato, após uma quadrilha chegar à cidade de São Gotardo, cidade do Alto Paranaíba, próxima ao Triângulo Mineiro. Vandec sequer pôde descer da viatura e fazer a abordagem. Era um assalto a banco. Tomaram como refém o delegado, o promotor e o juiz da cidade e vários policiais militares.

Esse quadro, para falarmos de remuneração, é para dizer que agente penitenciário, socioeducativo, policial civil, policial militar e bombeiro são tratados, no Brasil, dessa forma, com exceção do Distrito Federal, que conhecemos por demais durante os debates nesta Casa.

Para V.Exa. ter uma noção, de 2003 até 2010, viemos compilando dados de mortes de servidores da área de segurança pública. Em Minas Gerais já são 137 ao longo de 7 anos e 4 meses. Ou seja, temos uma média de 20 servidores da área de



segurança pública, aí incluídos policial militar, policial civil, bombeiro e agente penitenciário. Está aqui a lista dos nomes. Em 2003, tivemos 26 agentes; em 2004, 34; em 2005, 24; em 2006, 20 agentes de segurança pública; em 2007, tivemos 12; em 2008, 10; em 2009, 8; e, em 2003, tivemos 3 — 1 agente penitenciário e 2 policiais militares.

O último, agora na cidade de Nanuque, na divisa com a Bahia, um sargento foi morto de forma covarde durante um assalto que acontecia no supermercado. Esse Sargento, Gilberto Carlos Pereira de Jesus, 45 anos de idade, 28 anos de corporação, e o Soldado Lucas Souza Favoretti, de 24 anos de idade, 3 anos servindo na 15ª Companhia, em Teófilo Otoni. Também estava de folga e foi intervir na ocorrência policial.

Em Minas, Sr. Presidente, morreu um promotor, em 2002, o Promotor Francisco José Lins do Rego. Ao morrer, Sr. Presidente... Para que V.Exa. entenda como a vida desse agente de segurança pública não vale nada, quando morreu o promotor, reuniu-se uma força-tarefa de Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público. Rapidinho os autores estavam presos, denunciados e condenados. Mas, quando se trata de policiais civis, militares e de agentes penitenciários, infelizmente, a resposta do Estado é quase insignificante.

Digo mais, Sr. Presidente: será que a dignidade da pessoa humana, desse servidor, também não deve ser reconhecida? Será que a dignidade desse servidor que ganha 2 mil, 1.800 reais, não há como ser resolvida? Está aí a PEC 308. E os agentes de segurança penitenciária estão de parabéns por lutarem pela sua aprovação. Tem o nosso apoio em Minas Gerais. E, obviamente, a PEC 300, que é por demais conhecida.

Gostaria, Sr. Presidente, de estender a minha fala, mas V.Exa. já me cobrou por 2 vezes. Mas continuo atento ao debate, para continuar contribuindo com V.Exa. e os demais participantes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Rodrigues.



Passo de imediato a palavra ao Coronel Miler, que aqui representa a Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, igualmente pelo tempo de 10 minutos.

Coronel Miler, muito obrigado pela sua presença.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA - Sr. Presidente, a FENEME é que agradece.

Representando 30 mil oficiais, em nome do Coronel Marlon, que é o nosso Presidente, saúdo o Presidente da Mesa, Deputado Paulo Pimenta, um longo batalhador pela segurança pública do País, e os demais membros desta Comissão, todos oriundos, na sua maioria, da área da segurança pública ou militando nessa área da segurança pública.

Então, dentro do tempo, para poder sistematizar, porque muitas vezes visualizando a gente marca mais... E ao mesmo tempo nós colocaremos à disposição da Mesa esta apresentação e também escrita.

(Segue-se exibição de imagens.)

Os senhores vejam que o tema é justamente esse aqui: Os Índices de Violência Urbana; Ações Necessárias para Amenizá-la; Questão Salarial e Polícia Penal.

O Brasil é um país múltiplo, com inúmeras raças, o que gerou essa miscigenação. Por isso é um país pacífico. Mas essa pacificidade tem custado um preço muito alto. E os operadores da segurança pública têm pago esse preço, como falou o Deputado Sargento Rodrigues, com a própria vida, com o seu sangue.

Mas essa causa da violência no País, particularmente no tema desta Comissão, que é a CPI da Violência Urbana, tem raízes históricas, para que nós não fiquemos discutindo o bico do papagaio, a ponta da questão, sem nós analisarmos a raiz. A partir da raiz, nós podemos apontar soluções, tanto para os operadores da segurança pública quanto para toda a sociedade.

E os senhores vejam que o Brasil, na década de 50, tinha somente 2 regiões com mais de 1 milhão de habitantes. Na década de 2000, os senhores vejam esse mapa, vejam como ele está configurado: nós temos várias regiões com mais de 2 milhões de habitantes. Com isso, houve uma migração desordenada, formando os grandes centros urbanos. E, com isso, os senhores vejam, nós tivemos agora uma evolução, que esse verde-escuro demonstra de forma bem clara. O que nós



tínhamos na década de 50, o verde-claro? A população brasileira era rural, na sua predominância. Da década de 70 em diante passou a ser o quê? Predominantemente urbana. E essa população urbana, com essa migração desordenada... Nós temos consequências sociais que vão estourar — e nós falamos na linguagem policial — no colo do primeiro segmento que está lá na frente, que é o segmento de segurança pública.

Vejam, este é o quadro que nós temos: favelas em todos os centros urbanos. E temos também uma situação *sui generis*: nós temos, muitas vezes, uma favela vizinha de uma área nobre. Essa situação antagônica é que, no mundo — essa desigualdade social —, gera o quadro de violência.

Então, essa migração desordenada gera um quadro caótico. E nós não temos políticas públicas suficientes para suprir as necessidades sociais, com habitação, com trabalho, educação, saúde e inúmeras outras necessidades sociais básicas da sociedade.

Vejam que esse quadro migratório tem gerado uma taxa de homicídio altíssima. E essa taxa de homicídio tem alcançado particularmente o jovem de 15 a 35 anos. E, quanto mais nós avançamos, maior é a descida desse gráfico, pegando a nossa juventude, o futuro desta Nação.

Então, esse quadro aqui, nós que somos operadores de segurança pública, como bem demonstrou o Deputado Sargento Rodrigues, temos visto o tempo todo. E alguns com as camisas que a gente até já identifica, sem querer discriminar.

Ranking das maiores economias do mundo. Está aqui o Brasil: nona economia do mundo, nono PIB do mundo! Um país que é o nono PIB do mundo tem o quê? A décima desigualdade do mundo. Nós estamos em décimo lugar como país em desigualdade social.

Aí está a raiz da violência: de 300 milhões de reais por dia é o custo estimado da violência no Brasil. Com 3% da população mundial, o Brasil concentra 9% dos homicídios. Então, o Brasil tem 3% e 9% do homicídio mundial. Os homicídios crescem 29% na década. As mortes violentas de jovens aqui são 86 vezes maiores do que na França. Poucos países sofrem ações de terrorismo urbano como nós temos: Rio de Janeiro, São Paulo; e as favelas cada vez mais; nada em relação à



situação de pobreza. Mas o crime organizado se homizia onde o Estado não se faz presente.

Cerca de 2 mil roubos ocorrem diariamente só em São Paulo. No Rio de Janeiro apenas 1% dos homicídios são apurados; o restante fica sem apuração.

Aqui está, senhores. Esse quadro de crescimento urbano desordenado tem gerado esta situação: a família está deteriorada; a religião, muitas vezes, não é suficiente para conter o homem espiritualmente; a educação, falida; não há mercado de trabalho; não há habitação — tem de fazer invasões; não há saúde; não há lazer.

Pasmem os senhores: a minha secretária, no sábado, foi a um hospital público aqui em Brasília. Ela dormiu, de sábado para domingo, esperando ser atendida por uma médica. Capital Federal.

Quando eu fiquei sabendo que ela estava lá, nós fomos pegá-la e pagamos um médico particular para ela, para ela não ficar dormindo no hospital público. Dormiu uma noite inteira, na Capital Federal, e não foi atendida.

Os senhores vejam: a lei e a ordem; quem é a grande represa desse sistema todo, dessa grande dívida social? A grande represa é a instituição de segurança pública, é a Polícia, é o sistema penitenciário. Nós temos de conter todas as mazelas sociais — séculos de dívida social. A Polícia tem de administrar isso enquanto as políticas públicas não são implementadas. À medida que a Polícia vai atuando... Ela é o parapeito de tudo. Encaminha ao Judiciário, que não dá conta. E vai para o presídio...

Vejam os senhores — e os senhores sofrem isso: em São Paulo, a PM paulista e a Polícia Civil prendem em flagrante, por ano, 60 mil infratores; em flagrante; a capacidade prisional é de 70 mil. Significa dizer que nós teríamos de construir, a cada ano, um novo complexo penitenciário para o Estado, fora os mandados de prisão e fora os processos. Portanto, nós vivemos enxugando gelo, pagando com a nossa vida e da sociedade.

Agora, a Polícia, os agentes pagam um preço caro, porque a sociedade cobra, e cobra ferrenhamente, daqueles a quem ela não dá nenhuma condição. Para o policial há um presídio próprio. Só em São Paulo há um presídio com milhares de policiais condenados, agindo no serviço e fora do serviço.



Essa cena que o Deputado Sargento Rodrigues mostrou... Em São Paulo também. Isso, no mundo, causaria uma comoção na sociedade. Neste País, um policial morre, e não sai uma notícia; ou, quando muito, sai uma linha num dia; e não há comoção, nem nesta Casa nem na sociedade. Como dizia um sargento meu, nós somos como um filtro de papel: usou, joga-se fora, coloca-se outro, e vamos adiante. Então, não existe valorização desses bravos homens que dão a sua vida e a da sua família em defesa da sociedade.

Isso aqui nós estamos cansados de ver, ou esta cena, ou esta cena. Em São Paulo não divulgam isso. Nós temos um cemitério em que não cabem mais policiais mortos em serviço. Milhares de policiais mortos em serviço, e ninguém faz uma reportagem, uma filmagem para mostrar esses heróis que morreram pela sociedade.

Esta cena, então, estamos cansados de ver.

Medidas, que eu vou disponibilizar para a Mesa, tendo em vista o tempo — e podemos debater ao longo. Então, nós temos sugestões. Nós temos de ter medidas preventivas, para poder atuar na prevenção e não ficar só atuando na reação. O Poder Público tem de atuar nisso.

Medidas do sistema de Justiça. Não adianta atuarmos severamente, não adianta a Polícia atuar, o sistema penitenciário atuar, se nós não tivermos esse homem ressocializado, esse homem sendo reinserido na vida em sociedade.

E medidas emergenciais. Para contermos uma epidemia, nós temos de ter medidas drásticas. E depois vêm as preventivas, as curativas.

Nós estamos num quadro em que o crime organizado ataca policiais, como atacou no final de semana. Mataram 5 policiais em São Paulo — o crime organizado. Ele escolhe os policiais que ele quer.

Se nós não tivermos, como colocou o Deputado Sargento Rodrigues, medidas graves e emergenciais para conter o crime organizado, ficaremos à mercê desse crime. E, se a Polícia esta à mercê, muito mais a própria sociedade.

E, senhores, finalizando em relação a essas 2 PEC. A PEC 300 vem dar um piso salarial aos policiais e aos bombeiros. O espírito dela é o de dar um piso à segurança pública, porque não podemos ter uma instituição como essa, no País inteiro, sem ter um piso. O vigilante tem um piso; inúmeras categorias têm um piso. Eu não posso ter, em São Paulo, um soldado ganhando 1.500 reais, enquanto São



Paulo é o primeiro PIB do País, e Sergipe, que é o 17º PIB, pagando 3.200. Isso é total descaso com esses homens, e com essas famílias, e com essas vidas. Se eu tenho uma segurança pública mal paga, com certeza ela será mal selecionada, e os profissionais também não ficarão muito tempo nessa profissão, procurarão outras que deem melhor perspectiva de vida. Então, isso é um sucateamento direto ou indireto da própria sociedade.

E a PEC 308 vem também nesse sentido — e a FENEME apoia a PEC 308 —, para que nós tenhamos profissionais específicos cuidando do sistema prisional, especializados, para que esse homem tenha um tratamento digno e possa de fato ser ressocializado e reinserido na vida em sociedade.

Agradeço, Sr. Presidente, por esta oportunidade, em nome da FENEME, e me coloco à disposição para questionamentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado pela sua manifestação, Coronel Miler.

E vamos, de imediato, passar a palavra ao Soldado Leonel Lucas Lima, Presidente da Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos, Soldados e Policiais e Bombeiros Militares do Brasil.

E quero, antes de passar a palavra ao Lucas, registrar publicamente que sou testemunha do trabalho que Lucas desenvolve, já há muitos anos, em todo o País, à frente da sua categoria. Em momentos decisivos da vida política nacional, teve um papel de imenso destaque, como, por exemplo, quando da votação da chamada reforma da Previdência, em que as profissões de risco tinham ficado fora da aposentadoria especial. E foi o Soldado Lucas que tomou a frente dessa mobilização, em todo o País, e na época sensibilizou o Relator, Deputado Pimentel, para que fosse reintroduzido no texto na Constituição, com o apoio de outras entidades. Mas foi sob a liderança do Soldado Lucas que foi restabelecida na Constituição Federal a questão da aposentadoria especial para as profissões de risco.

Por isso, é uma honra para nós recebê-lo aqui, em nome da entidade que o senhor representa. E lhe concedo a palavra para que o senhor possa fazer aqui a sua explanação.



O SR. LEONEL LUCAS LIMA - Obrigado, Presidente.

Dizer que essa conquista que nós tivemos em 2003... Só tivemos essa conquista porque o senhor, quando fomos procurá-lo, levantou essa bandeira para nós e nos levou às pessoas que, lá, tinham o poder da caneta. Foi o senhor que nos levou lá para fazer toda a diferença. O Coronel Miler estava junto conosco. E aqui agradeço mais uma vez.

A Associação Nacional agradece, Presidente, pela oportunidade. Também dizer que é uma honra estar de novo com Rodrigues aqui, que eu posso chamar de meu amigo. Lá em 97 nós estivemos juntos, naquela luta lá em Minas Gerais.

Também é uma honra enorme estar aqui vendo o Gandra, que é um irmão nosso da Polícia Civil — aprendemos a conhecer e a gostar do trabalho que desenvolve à frente da Polícia Civil.

Aos nossos irmãos agentes penitenciários... Lá no Rio Grande do Sul, a gente tem uma irmandade muito grande com o Rocha, que é da AMAPERGS, e com o... Agora esqueci; faltou o nome do outro. Mas é meu amigo também.

E dizer que nós estamos aqui na luta junto com o senhor. A gente vê aí... Agora há pouco nós estávamos conversando com os colegas do Rio Grande do Sul — estão aí o Tenente Caiel, que é da Associação de Subtenentes e Sargentos do Rio Grande do Sul; o Tenente Olivo, que também é da Associação de Subtenentes e Sargentos do Rio Grande do Sul; e o nosso advogado, que nos acompanha, o Dr. Antônio — sobre a luta que está sendo feita aqui pela PEC 308.

A gente traz aqui dados a esta Comissão, do ano passado, de policiais mortos em todo o Brasil: 16% dos policiais, no ano passado... Suicídio, Presidente. Dezesseis por cento dos PMs, no Brasil, suicidaram-se; 30% dos PMs mortos no ano passado em serviço, derivado do serviço; e 65%, Rodrigues — 65% —, no bico. Sessenta e cinco por cento. Em todo o Brasil, no ano passado, morreram 209 PMs no bico. No bico. Depois nós vamos saber por que estavam no bico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Poderia repetir esses dados, Lucas?

O SR. LEONEL LUCAS LIMA - Sim. Dezesseis por cento do... Cinco por cento, desculpe-me, de PMs, no ano passado, cometeram suicídio. Cinco por cento cometeram suicídio, no Brasil; 30% em serviço, morreram em serviço; 30% dos PMs



mortos, desses 209, morreram em serviço; e 65% morreram no bico. Sessenta e cinco por cento morreram no bico.

Nós temos hoje no Brasil, Presidente, PMs afastados, em torno de 11% de toda a Polícia Militar. Afastados com problema psicológico, afastados do serviço porque estão em tratamento. Onze por cento do nosso efetivo total, hoje, estão afastados com vários problemas. Isso foi um dado que a gente fez com as entidades de classe, junto com as Polícias Militares.

E também um grande temor nosso, que foi implantado pelo Governo Federal, foi o PRONASCI. E lá no PRONASCI tinha um item que dizia que era moradia para os policiais militares, que era a nossa casa, a nossa vida. Todos os policiais militares ficaram felizes porque daí não iam ter de mostrar... Porque os nossos policiais e os agentes... Toda a segurança pública tem problema com SPC, SERASA. O Governo Federal dá ali para o sem-terra... Dá casa ao sem-terra e não precisa ver a remuneração, nada. Então, o que... Veio o PRONASCI para nós: *“Olha, vocês vão ter o PRONASCI, a nossa casa, a nossa vida”*. E os PMs, todo o mundo feliz porque não ia ser preciso mais ver o SPC e o SERASA. Realmente, não precisa mais ver o SPC nem o SERASA, mas também ninguém vê a casa. O projeto não funcionou, Coronel, não funcionou.

Hoje, 13% dos oficiais, Coronel, 13% no Brasil, não têm moradia própria, não têm casa própria. Treze por cento dos oficiais no Brasil, hoje, não têm moradia, não têm casa própria. É grande. E 92%, Presidente, 92% dos praças das Polícias Militares não têm moradia, não têm onde morar, vivem de aluguel, vivem com a sogra e com o sogro. Muitas vezes, todo o mundo sabe onde a gente mora, o que é um perigo total e completo.

Então, são esses dados, Presidente, que a gente vem aqui conversar. E não adianta a gente estar dando muitos dados, porque a gente tem de focar é na PEC 300. Tudo isso é a PEC 300. O que pode resolver isso aqui? É a PEC 300. A PEC 300 vai me tirar do bico, a PEC 300 vai me dar casa. Então, eu não preciso mais ficar dependendo do Governo Federal. Se eu tiver um salário digno, eu vou dizer onde eu quero morar e quero comprar a tal casa. Não preciso nem dizer que estou no SPC e no SERASA, tendo um salário digno. Mas não: a gente não tem e tem de estar mendigando, muitas vezes. E a PEC 300 está aí.



E hoje, infelizmente, Presidente, os Deputados desta Casa... Não os Deputados, os partidos desta Casa estão fazendo vista grossa à PEC 300, à PEC 308. E não adianta mais a gente dizer, Gandra, que vai fazer greve. Nós temos de parar o Brasil mesmo! Mas, antes de parar o Brasil, todos nós temos de mostrar a esses Deputados que estão trancando pauta aqui, nesta Casa, que ficam dizendo para nós, nos corredores: *"Não, eu apoio a PEC 308, a PEC 300"*. Como nós vimos agora de manhã. O Líder do PSDB olhou para a minha cara e para a cara dos meus colegas e, como viu que nós éramos policiais militares, se escondeu de novo, ali no gabinete da Liderança. Mas, se ele pegar os senhores no corredor, se vocês o pegarem no corredor: *"Não, eu apoio a PEC 300"*. E depois foge. Chega em reunião de Líder e bate em nós. É isto o que eles fazem: eles batem em nós. Eles veem a segurança pública... É bom só agora em outubro, no discurso; é só agora, em discurso, que é bom segurança pública para eles. Não importa a segurança pública depois. Ou a segurança pública é muito bom quando assaltam a casa deles, quando roubam alguma coisa ou vão sequestrar os filhos deles ou eles mesmos. Aí eles querem ir lá cobrar de nós; querem cobrar por que o preso fugiu, por que a Polícia Civil não fez o serviço direito, por que estão acumulados todos os inquéritos policiais e por que os policiais militares deixaram de prender o camarada. Isso eles nos cobram, como foi cobrada nesta Casa a ação da Polícia Militar de São Paulo. Aí eles cobram.

Mas, pessoal, nós temos de fazer o seguinte: nós temos de mostrar a cara, fazer aí, com os agentes penitenciários, um panfleto, um folheto, mostrando a cara dos Líderes dos partidos e dos partidos, não é do Deputado Pimenta, que nos apoia, que foi da Comissão da PEC 300, desde o início nos ajudando. Mas esses camaradas que estão escondidos aí, vestidos de cordeirinhos para nós. Estão vestidos de cordeirinhos! Nós temos de mostrar essas Lideranças e os partidos, lá. Nós temos de cobrar, lá na nossa terra, de cada um dos senhores e da minha, o partido que está obstaculizando a PEC 300, a PEC 308. É isso o que nós temos de criar. Não adianta mais ficar aqui no corredor, e eles nos enrolando, porque é isso o que eles estão fazendo aqui conosco. Não adianta vocês estarem gastando o dinheiro de vocês, e eu gastando o meu dinheiro, da minha entidade, e vir aqui para



eles darem um tapinha nas nossas costas e dizerem que está tudo bem, e nós nos iludirmos de que está tudo bem.

Fazer como fizeram na PEC 300: votaram no primeiro turno e depois votaram 2 destaques para destruir a PEC 300. E todo o mundo ficou feliz, achando que vai dar certo a PEC 300, Rodrigues. Todo o mundo se iludindo com a PEC 300. A nossa ilusão tem de acabar, pessoal, tem de se tornar realidade. É isso o que temos de fazer aqui. Nós estamos gastando o nosso dinheiro, gastando a nossa saliva com as pessoas que nós botamos para nos representar aqui. O que é isso? Cadê o respeito ao nosso voto? Nós temos de nos rebelar contra isso. Todos nós temos de nos rebelar. A segurança pública tem de se rebelar contra isso. Temos de mostrar o partido que está obstaculizando a PEC 300 e a PEC 308. É isso o que temos de fazer, Gandra. Temos de mostrar a força dos nossos 500 mil policiais militares, Coronel Miler, dos agentes penitenciários que estão aqui e dos policiais civis. É isso o que nós temos de fazer, porque até agora não nos unimos. Vemos vocês nos corredores e até nós damos tapinhas nas costas de vocês, dizendo que estamos com vocês; a Polícia Civil diz que está conosco também. Só tapinhas. Nós temos de nos unir e mostrar a nossa força de segurança pública.

Então, pessoal, era esse o nosso recado. É um desabafo de um soldado da Polícia Militar que tem o segundo pior salário do Brasil, com o quarto PIB do Brasil. É o quarto PIB o Rio Grande do Sul e é o segundo pior salário do Brasil.

O SR. WASHINGTON FERNANDO RODRIGUES - Vigésimo sexto.

O SR. LEONEL LUCAS LIMA - Vigésimo sexto, Rodrigues.

É uma vergonha, Rodrigues, no meu Estado, nós recebermos — o soldado, inicial — 1.150 reais. Esse é o inicial de um soldado.

Então, o bico, lá no Rio Grande do Sul, é a Brigada Militar. Nós estamos usando a Brigada Militar como bico. E a gente precisa da carteira para fazer o serviço, Deputado, infelizmente.

Então, agradeço mais uma vez, Deputado, a oportunidade que esta Comissão está nos dando e deixo bem claro aos nossos irmãos da segurança pública que, se nós não nos unirmos aqui, vamos ser derrotados. Nós temos de estar unidos. Não estar em corredores, mas mostrar a nossa força dentro dos nossos Estados e depois trazer aqui para dentro.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Leonel Lucas.

Convido os componentes da Mesa a tomarem assento aqui nesta primeira mesa, para que nós possamos compor a segunda Mesa de expositores.

De imediato, já convido Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Policiais Civis; convido também o Sr. Francisco Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Rio de Janeiro; e o Sr. José do Espírito Santo, que aqui representa a Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil.

De imediato, então, vamos passar a palavra ao Dr. Francisco Rodrigues, que muito nos honra aqui com a sua presença, para que possa fazer a sua exposição inicial. A palavra é sua, Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, senhores da Mesa, seleta plenária.

Para mim, é uma honra poder estar representando aqui todos os servidores penitenciários do sistema penitenciário nacional, ordem essa que me foi delegada pelo nosso Presidente, Coordenador Nacional, que se encontra presente, juntamente com várias lideranças de vários Estados da Federação.

E a gente quer trazer para esta Comissão, Sr. Presidente, no sentido de somar a este trabalho, alguns comentários das agruras pelas quais passam não só o servidor penitenciário em nível Brasil, mas também e principalmente a sociedade enclausurada, que é a vítima de todo um sistema de segurança pública capenga, que a sociedade pensa que tem, que o Governo finge que dá, e nós servidores nos arrebatamos para tentar conceder a eles uma oportunidade, e à sociedade uma segurança pública minimamente eficiente.

É humano tentar e é desumano o que acontece no sistema penitenciário. A CPI do Sistema Carcerário, recente, passou e passeou por todo o sistema penitenciário nacional. E estava sentado nesta mesma cadeira, há poucos instantes, aquele que foi o Relator dessa CPI, que consubstanciou em relatório próprio aquilo que foi a negritude do sistema penitenciário, da qual nós servidores nos envergonhamos sem culpa.



É de notório conhecimento desta Casa e é de público conhecimento, agora, do povo, através do relatório da CPI, a situação caótica da questão penitenciária. Como o tema aqui é segurança pública, eu gostaria de trazer, para somar a este trabalho, tão somente, aquilo que poderia ser minorizado nessa questão, para que a sociedade pudesse receber em troca uma segurança pública mais completa, vez que a persecução penal se completa quando um cidadão apenado sai pelo portão de qualquer presídio, após o *jus puniendi*. No entanto, ela hoje é capenga porque não podemos nós exaurir essa nossa atribuição, porque nos é negada a condição de fazer segurança pública com o mínimo de eficiência. E como fazer isso, se não estamos constitucionalizados nem possibilitados de condições mínimas? É negado a nós, pois aquela profissão de segurança — e a palavra “segurança” é intrínseca em todo o complexo de sistema penitenciário brasileiro; não existe um único Estado que não tenha a palavra “segurança” na frente da nomenclatura... Ou é agente de segurança, inspetor de segurança, técnico de segurança, não sei o que de segurança, tudo é pós a segurança pública. Logo, não se pode pensar em segurança cidadã, em segurança social, em segurança de uma nação sem se fazer segurança penitenciária, sem se entender esse complexo de segurança.

E aí, então, pergunto: como é que se pode fazer polícia, na palavra complexa, sem pensar em segurança penitenciária? A Polícia vai para a rua, investiga e prende; o Judiciário processa e condena; o sistema penal, no Executivo, destrata, maltrata, segrega e depois coloca na rua.

Ora, o Estado brasileiro, então, deveria ser severamente punido, porque a função dele, no *jus puniendi*, é prender, tratar, zelar, recuperar e reinserir na sociedade. Em vez disso, fazemos o inverso: maltratamos, pois somos obrigados a ser aquela palavra ridícula do Estado, em dizer “não” diuturnamente: “Quero médico”. “Não tem”. “Quero assistência social”. “Não tem”. “Quero advogado”. “Lamento, não veio”. “Preciso falar com o diretor”. “A agenda está cheia; são 5 por dia”. “Estou passando mal, senhor”. “Lamento, não tem médico”. E esse cidadão está sendo tratado por mim. Eu sou dele aquela pessoa que ele vê como Estado e sou o primeiro a lhe dizer “não”, peremptoriamente.



E aí ele se exalta. Contra quem? O Estado. Mas quem sou eu? O Estado presente. E aí ele parte para a agressão. Conclusão: ele vai ao castigo. Mais uma vez é o Estado punindo.

Como é que esse cidadão sai do cárcere? Odiando a sociedade, em toda a excelência. Este é o círculo vicioso: um cidadão entra minimamente ou semimarginal e sai um marginal odioso e completo, porque lá de dentro ele sai com raiva de todos que lá estavam, do mundo que o colocou lá dentro, da sociedade que o segregou; ainda sai pior, muito pior, porque nós, em nome do Estado, somos obrigados a lhe fazer mal e a não tratá-lo.

Daí vem, Sr. Presidente, a grande proposta que, creio, é a maior proposta em termos de inovação de segurança pública dos últimos 100 anos de Brasil. Nada foi tão inovador, nada foi tão revolucionário, nada foi tão profícuo para a sociedade como a discussão da segurança pública, da violência urbana dentro da Conferência Nacional de Segurança Pública, de onde saiu a proposta da PEC 308, como a mais votada, desejada e aspirada por toda a sociedade civil organizada que lá discutiu segurança pública. A sociedade, sabiamente e de forma inteligente, detectou que o processo da segurança pública passa pelo sistema penitenciário em primeira hora. Sem sanear o sistema penitenciário, sem dar a ele condições fáticas e práticas de efetivamente contribuir com o “trieixo” segurança pública, justiça, segurança policial e segurança penal, não conseguiremos, em termos de sociedade, chegar a lugar-comum.

Vejo agora uma oportunidade ímpar e singular no sentido de se fazer um Brasil com chances mínimas de ter uma segurança pública que possa vislumbrar uma possibilidade mínima e eficiente, para que a gente possa responder à cidadania de que nós, brasileiros, precisamos e que merecemos. Não vejo outra maneira de concluir a persecução penal, que até então está capenga... E digo “capenga” porque sou homem do mundo jurídico. Tenho as minhas formações calcadas na advocacia, sou pós-graduado. E digo aos senhores que não há como discutir a segurança e o *jus puniendi* sem o sistema penitenciário. A persecução penal, para mim, como já dito, locupleta-se quando um cidadão sai livre e recuperado pelo portão de uma unidade prisional. Ali então se fez a justiça, e na íntegra, pois o cidadão saiu



consciente de que errou, de que não quer mais errar, e quer se reintegrar à sociedade como um cidadão livre. Aí, então, a justiça foi feita em sua plenitude.

Mas, para chegarmos a isso, necessitamos, “excelencialmente”, dar condição ao sistema penitenciário, aparelhá-lo de forma tal que ele possa corresponder a esse anseio social. Sem uma segurança eficaz no sistema penitenciário, jamais há que se falar em segurança pública eficaz. E não estamos falando apenas de condição de formação, de melhoria de salário. Estamos falando de excelência profissional. O próprio regulamento do tratamento de reclusos das Nações Unidas — e traz em seu bojo o Brasil como signatário, já de longa data — determina que os cidadãos que trabalham com esta área de ação, que, segundo a Organização Internacional do Trabalho, é a mais perigosa do mundo, de todas as elencadas em conhecimento, determina que esse pessoal deva ter preparo e ser selecionado dentre os concidadãos de determinado país, de forma díspar e distinta, para que ele tenha consciência da nobreza da função e das dificuldades que encontrará na sua labuta.

E, hoje, como somos selecionados? Concurso público comum. E na maioria dos Estados? Hoje orgulhosamente digo que alguns já ultrapassaram essa barreira nojenta do oportunismo selvagem, da política (*falha na gravação*). O amigo de alguém indica um que vai ser contratado para trabalhar na cadeia. Fala com Fulano de Tal, assina a carteira e vai lá para dentro trabalhar. E aí nós temos um mundo penitenciário altamente voltado contra tudo aquilo que é disciplina, aquilo que o próprio Brasil sufragou numa carta da ONU.

É hora de o Brasil acordar e efetivamente cumprir e honrar seus compromissos e tratados lá fora. E a chance para que isso aconteça está nesta Casa; a oportunidade para o Brasil ter uma proposta de segurança pública completa está nesta Casa: a PEC 308, que vai obrigar todos os Estados e a Federação a ter um quadro de servidores próprios, treinados, profissionais, pronto para corresponder à grande demanda social de que a sociedade precisa e que requer.

Nós, com a PEC 308, estamos dispostos a encarar esse desafio, Sr. Presidente, e nos colocamos à inteira disposição. E esperamos que, na próxima semana, possam estar sendo pautadas e votadas as PECs 300 e 308, para que o



Brasil possa ter uma correspondência em segurança pública digna daquilo que nós cidadãos merecemos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só queria aduzir um comentário à brilhante manifestação do Chiquinho: de que a PEC 308 não tem nenhum custo para Estado nem para a União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Dr. Jânio Bosco Gandra, Presidente da Federação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis — COBRAPOL.

A palavra está à sua disposição, para a manifestação.

O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA - Saudar o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul; saudar todos os participantes que aqui estiveram; o companheiro Lucas, que apresentou dados; o Coronel Miler; o Deputado da PM, ex-PM, Deputado Rodrigues, de Minas Gerais; o meu companheiro da minha esquerda, Chiquinho; e todos os Deputados que aqui estão presentes, todos os policiais, os guerreiros que aqui estão, de todas as instituições — Polícia Militar, Polícia Penitenciária e os nossos pares da Polícia Civil.

Como nós temos pouco tempo e os que nos antecederam aqui já fizeram um trabalho muito importante e esclarecedor, tanto o Coronel Miller quanto os demais, com explanações que vieram somar nesta audiência, nós vamos preferir fazer uma abordagem tão somente política e, podemos até dizer, uma denúncia que, já que nós estamos usando esta oportunidade, esta tribuna, certamente poderá repercutir, uma vez que a nossa mídia não repercute, quando nós denunciemos, para a sociedade o caos em que está a segurança pública do Brasil.

Então, nós podemos nos servir deste momento ímpar e continuar falando a mesma coisa que nós estamos falando há mais de 10 anos. Agora, em 2010, sabendo que o Brasil é a nona economia do mundo e trata mal — e como trata mal! — os seus operadores de segurança pública, queremos denunciar que, enquanto



policiais civis, queremos dizer que não estamos melhores do que as outras instituições coirmãs.

A nossa Polícia Civil está adoecida. Se ela fosse uma empresa privada, já estaria falida há muito tempo. Ela não funciona como deveria funcionar; ela não funciona como tem que funcionar; ela não presta o serviço para a sociedade brasileira como deveria ser prestado. Mas eu também quero dizer que não só a Polícia Civil, mas todas as forças policiais estão deficientes.

Por que não podemos tratar essas instituições? Porque é difícil, porque é oneroso. Primeiro nós temos que corrigir, no nosso entender, um dos pontos cruciais, que é a correção salarial. A valorização do operador de segurança não pode passar por nenhuma outra política a não ser a da correção imediata do salário.

Não podemos pensar em fazer cursos para esses nossos colegas, dotá-los de conhecimentos, de capacitações, se não temos, se não tratamos o salário como deveria ser tratado.

Então, nossos políticos, nossos governantes são os responsáveis diretos — diretos! — pelo caos e pela falência em que está se encontrando a nossa segurança pública brasileira.

Antecedeu-me agora há pouco o Coronel Miller, com dados da FENEME, que mostraram a evasão da população rural para as grandes cidades, causando com isso um grande transtorno, porque faltam políticas públicas na educação, faltam políticas na habitação. Enfim, nós estamos doentes.

Os policiais civis também estão adoecidos. Cerca de 78% não conseguem chegar aos 50 anos de idade sem que tenham uma doença crônica, mais especificamente doença do coração. São hipertensos. Como uma pessoa doente, adoecida, pode tratar bem a sociedade? Como uma pessoa adoecida pode cuidar da sociedade?

Eu acho que tem muita coisa errada no nosso País. E nós temos que fazer esta denúncia sim. O Lucas, quando aqui esteve, conclamou todos no sentido de que devemos, sim, mostrar para o Brasil o que está errado, que nós vamos ter que fazer com que a mídia brasileira, a imprensa do nosso País consiga não só reportar as mazelas que alguns dos operadores de segurança pública têm, o que é inerente



à profissão que desempenham — mas também mostrar todos os lados, que ela não mostra. Essa é a nossa grande angústia.

Aqui na Câmara tramita a PEC nº 300, que se aglutinou com a PEC nº 446 e tornou-se a grande esperança da família Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros.

Quanto à perspectiva da PEC nº 308 para os agentes penitenciários, eu acho que não falta nada para aprová-la. O que falta é uma responsabilidade política, agora, aqui da Casa, do Presidente desta Casa e dos Governadores e também do nosso Presidente da República, para encaminhar imediatamente essa votação. É necessário que nós saibamos quem são os políticos que estão falseando para todos, antes de outubro. Se não votarem a PEC até o dia 18 deste mês, a Polícia Civil e os líderes representantes estaduais já decidiram que iremos fazer uma greve por tempo indeterminado.

Lucas, e eu conclamamos também a Polícia Militar. Não adianta mais nós ficarmos com migalhas. O que os Governos fizeram? Os Governos, para tentar segurar essa grande ousadia de nos rebelarmos, mesmo contrariando legislações... Não é o caso da Polícia Civil, pois até agora ainda podemos fazer movimento grevista, e temos que fazer, é uma obrigação. Chegou o momento, Lucas, e você está completamente com razão, quando conclama também a Polícia Militar a se unir a nós para mostrarmos ao povo brasileiro e à imprensa do nosso País que nós somos mais importantes agora no processo político do que qualquer um outro segmento.

Quando eu digo que a Polícia Civil está falida, ela está falida, sim. E todos já sabem que ela está falida. Quanto aos homicídios que são cometidos no nosso País, os dados não podem mentir, as estatísticas não mentem. Então, não sou eu que digo: no Rio de Janeiro, apenas 1% dos homicídios são apurados. Cadê a Polícia Civil? A Polícia Civil é que tem que apurar, que reprimir.

Então, eu acho que está errado. Não dá mais para a gente continuar fazendo de conta que está tudo bem. Não dá mais para ficarmos nos corredores. Como já disse bem o Lucas, não adianta mais os agentes penitenciários gastarem passagens aéreas e estadias para vir para cá nesta missão árdua, que nós também já fizemos algumas vezes, juntamente com os policiais colegas militares. Não dá mais.



Nós temos de mostrar ao povo brasileiro, à sociedade brasileira, aos políticos do nosso País... Eu sei que há muitos políticos aqui nesta Casa que merecem respeito. Eles estão aqui com responsabilidade, estão exercitando seus mandatos com responsabilidade. Mas tem aqueles políticos que mentem, que estão mentindo para todos nós quando dizem que estão apoiando as PECs nºs 300 e 446. Na realidade, estão com pavor, estão com pavor de dizer: *“Eu não quero votar, eu não quero votar e vou votar contra”*. E, aí, antes de outubro, isso seria uma catástrofe.

É preciso acabar com essa truculência de todos aqueles que estão impedindo esse processo de avançar. Nunca se viu aqui nesta Casa um processo de votação que se inicia não ser concluído. Foi votado no primeiro turno e ainda não continuou, ainda não foi concluída a votação do primeiro turno. Por que não se concluiu a votação do primeiro turno, pessoal? Ora, porque certamente alguns políticos, que dizem que são favoráveis, e até demonstram que são favoráveis, na hora do voto, eles não podem votar “sim”, e vão ter que votar “não”. Esta é a grande razão, esta é a grande questão. Por isso estamos amargando essa demanda aqui no Congresso.

Nós, enquanto policiais civis, já definimos, através de toda liderança que aqui esteve reunida em Brasília. Eles disseram — e foi unânime, não houve nenhum voto contrário: *“Nós temos que levar para as nossas bases esse problema e decidir que agora, enquanto podemos exercitar o direito de greve, porque ele está ameaçado, vamos mostrar ao País a nossa insatisfação”*.

Alguns Estados, como Sergipe, Tocantins e muitos outros já estão com o piso acima de 3 mil e 500 reais. Precisamos mostrar para eles, para esses governantes, para esses políticos que sem as polícias, sem as instituições policiais a sociedade para, o Brasil para. O Brasil para não só com o poder financeiro funcionando, com o poder econômico funcionando; se os aparelhos de segurança pública pararem, o Brasil para.

Então, nós temos que mostrar, Lucas, nós temos que mostrar, Miller e Chiquinho, para o Brasil que se unirmos todos os operadores de segurança pública da nossa Nação, nós poderemos colocar em ordem não só o tratamento que é dispensado a todos os operadores de segurança pública, mas retomarmos a ordem no nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Antes de passar a palavra aos Deputados inscritos, quero aqui registrar a minha satisfação em poder contar, nesta sessão, com alguns dos principais Parlamentares que tratam do tema da segurança pública nesta Casa.

Presente aqui conosco o Coronel Paes de Lira; estão conosco também os Deputados: Capitão Assunção, Major Fábio, Francisco Tenório, João Campos. Estavam conosco até agora há pouco o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado José Carlos Araújo e o Deputado Domingos Dutra.

Talvez estejamos tendo a oportunidade, hoje, de ter presentes conosco, reunidos nesta audiência, todos os principais Parlamentares envolvidos, integrados na luta da segurança pública no nosso País. Isto amplifica a importância do trabalho desta Comissão.

Quero, desde já, agradecer a presença a todos os colegas Parlamentares que estão aqui conosco.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao Sr. José do Espírito Santo, que é o último orador, o advogado da AMEBRASIL e que concluirá a participação na Mesa de expositores.

O SR. JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO - Com o agradecimento a S.Exa. o Deputado Paulo Pimenta, a quem saúdo de imediato, em nome de todos os outros Deputados presentes. Em especial, quero saudar o meu companheiro, o Deputado Rodrigues, de Minas Gerais, ressaltando que a presença dele na Assembleia Legislativa de Minas é um fator especialíssimo para a valorização da nossa corporação em Minas Gerais, da qual sou oriundo.

Hoje sou advogado da Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, que é resultante da primeira organização nacional de militares dos Estados e hoje tem esse nome AMEBRASIL.

Quero usar apenas a metade do meu tempo. Por quê? Todos os oradores que me precederam fizeram excelentes pronunciamentos. Adiro, de imediato, a todos os posicionamentos que aqui foram expendidos para essa platéia e não retiro uma vírgula de tudo o que foi falado, que foi realmente a síntese de tudo o que sentimos como integrantes da AMEBRASIL, especialmente porque, diante do fenômeno multidimensional da segurança pública, temos de dizer que é aquela



agrura que nos afeta, que afeta os atributos mais profundos de racionalidade como seres humanos, e é o que mais nos incomoda. Basta ligar a televisão, no café da manhã. Em qualquer lugar onde estejamos, até mesmo no boteco, ouvimos das pessoas, diante das notícias, 1, 2, 3, 4, 5, que nos incomodam e nos afetam, Deputado... essa grave inação do Estado, descumprindo o art. 144 da Constituição como dever do Estado e obrigação de todos. A nossa obrigação fica quase de sentir aquilo em que estamos afetados como cidadãos.

Também como responsáveis profissionais, temos que contribuir. A contribuição, Sr. Deputado Paulo Pimenta, que particularmente tenho dado, em nome dos meus colegas, é uma contribuição intelectual. Fizemos aqui nesta mesma sala, ao tempo da Constituinte, pronunciamentos sobre a necessidade de construção de um artigo que pudesse consagrar uma era da revolução, da melhoria da qualidade das instituições policiais no Brasil. Conseguimos o art. 144 da Constituição. Fui um dos membros da Assessoria Parlamentar, na época, e sou um dos oficiais que estavam aqui fazendo o trabalho que os senhores estão fazendo agora para melhorar mais ainda. Então, esse é um primeiro momento.

O segundo momento foi quando também estive nesta Casa para coordenar, na Comissão de Defesa Nacional, um trabalho idêntico a esse, Deputado. Todos esses discursos que ouvimos aqui, nós ouvimos em 1992, aqui, nessas mesmas Comissões. Qual foi o resultado prático disso? Praticamente nada. É certo que tenho de reconhecer que, nos últimos anos, houve uma melhoria de algumas coisas, como vou mostrar aqui rapidamente. Então, a contribuição que temos de fazer aqui, Deputado Paulo Pimenta, é uma contribuição intelectual. Quero pedir a V.Exa. permissão para colocar 2 dos livros que são produto do nosso trabalho e outros que poderão vir, pois já tenho 5 trabalhos sobre isso, especialmente 1 sobre trânsito, que é também uma situação muito complicada na sociedade brasileira. Temos de resolver muitas dessas situações relativas ao trânsito, que a cada dia se torna mais caótico.

Pois bem, é a contribuição que então fazemos de passar às mãos de V.Exa., caso V.Exa. entenda que seja valioso para os Anais desta Comissão. Já estive lendo inclusive todas as notas taquigráficas anteriores e verifiquei, Deputado Paulo Pimenta e Srs. Deputados, que todos os pronunciamentos que já foram feitos aqui



estão em nível de riqueza muito importantes para sedimentar um movimento novo da Câmara dos Deputados para melhorar a qualidade da segurança pública no Brasil. Não basta, meus senhores, termos um planos muito bonitos, como este que tenho em mãos aqui, o PRONASCI. É um plano maravilhoso, muito bem produzido e que, na verdade, é o resultado de muitos desses trabalhos intelectuais que fizemos aqui e que foram passando de mão em mão. Hoje, até nas universidades há centros de referência de estudos de segurança pública de que participamos, fazemos palestras, debates na televisão — muitos, inúmeros e tantos —, que resultam em um plano bonito, mas, pergunto: funciona? Creio que não funciona tão bem.

Eu quero também dizer aos membros da penitenciária... aos agentes penitenciários, que estou me lembrando aqui que nós não nos lembramos de vocês, não nos lembramos de vocês, quando estávamos construindo o art. 144. Então, talvez seja a hora de fazermos alguma coisa para reaver essa dívida que o Parlamento tem com os senhores. Os senhores estão certos nessa luta. Esta aqui é uma visão inclusive de quem estuda esse problema, correto?

Então, Sr. Deputado, eu quero finalizar e dizer, neste minuto final, o seguinte: talvez agora seja o momento, principalmente porque estamos num debate de eleições, de se perguntar se não é o momento certo de primeiro projetarmos talvez a aprovação dessa PEC nº 300, que é de fundamental importância para valorizar os recursos humanos que temos. E, segundo, de projetarmos, talvez até com discursos com certa veemência de cobrança, a reunião de todos os órgãos de segurança pública para um único segmento, numa única organização do Estado que faça funcionar todos eles, incluindo os da Defesa Civil, em que trabalham tão valorosamente os bombeiros, sempre muito esquecidos nesse debate. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Passamos, de imediato, a palavra aos Parlamentares presentes para que façam suas considerações.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o ilustre Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados que tão bem apresentaram as suas preocupações com a segurança pública do nosso País, Deputado Sargento Rodrigues, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com quem estive naquele Estado debatendo sobre a



PEC nº 300. S.Exa. nos visitou em nosso gabinete também. Já estive com todos que estão aqui, em outras oportunidades. Estamos aqui para discutir a PEC nº 300 e a PEC nº 308, que não vejo mais como uma reivindicação salarial, mas como uma bandeira. Acredito que os agentes penitenciários certamente vão ganhar essa batalha. Não podem perder, da forma que eles estão fazendo: sistematicamente estão vindo a esta Casa. Eles descobriram — o representante da AMEBRASIL, o José do Espírito Santo — o caminho para participar do seu futuro, da decisão do seu futuro, do futuro dos agentes penitenciários do Brasil. É exatamente nesta Casa, exatamente neste Congresso Nacional. V.Sa. já sabia há muito tempo disso, pois fala da ausência dos agentes penitenciários. Talvez tenha faltado essa iniciativa há alguns anos. Se nós estivéssemos aqui...

Eu sei que a Polícia Militar sempre esteve presente. Eu sei que a Polícia Civil sempre esteve presente. Eu sei que alguns agentes penitenciários estiveram presentes aqui no passado. Mas são momentos como este, criado e concedido pela CPI da Violência Urbana, que nos fazem acreditar que haverá melhorias no sistema de segurança pública do País. Não se discutiu tanto segurança pública neste País como hoje. Há algumas coincidências, algumas iniciativas, realmente, de alguns Deputados e do próprio Governo Federal, mas nunca se discutiu tanto segurança pública como está se discutindo agora. A nossa preocupação é a mesma do representante da AMEBRASIL, José do Espírito Santo. A nossa preocupação é ver resultados, ver coisas concretas sendo construídas. Porque nós vivemos, como disse Jânio Bosco Gandra, uma desordem neste País.

Nós temos mais de 1 milhão e 200 mil crianças, adolescentes e jovens usando craque no Brasil. Como disse o Deputado do DEM, é a maior epidemia que esse País já teve, maior do que a da gripe espanhola, que matou 300 mil brasileiros. Nós temos uma epidemia na qual mais de 1 milhão e 200 mil brasileiros vão morrer, porque o *crack* mata. Primeiro o *crack* mata moralmente, o *crack* tira toda a consciência do ser humano, depois ele mata mesmo, fisicamente. O usuário vai morrer. Dificilmente não vai ser assim, porque o Estado, os Governos Estaduais, o Governo Federal não têm centros de recuperação. O governo está falido nesse sentido. O Governo Federal não tem nenhum centro de recuperação para viciados em craque. Nós vemos aqui, na frente do Congresso Nacional, vários viciados em



crack, e só quem chega para resolver é a polícia, que vai com cavalos, com viaturas, corre atrás dos viciados, os viciados saem correndo, esperando que os policiais se cansem, para voltar a usar o *crack*. É uma luta de gato e rato.

Então, é exatamente esta a situação do País. Hoje só quem está se mexendo são os policiais militares, os policiais civis e os agentes penitenciários, dentro da cadeia, que não dá nem para se mexer porque os presídios estão superlotados.

Então, nós vivemos uma epidemia de *crack*, nós vivemos um crescimento desordenado da violência. Hoje João Pessoa figura como a quarta capital mais violenta do País, perdendo para Maceió, que está em primeiro lugar. É a mais violenta do País. Então o crescimento da violência no Brasil é muito grande, e não vemos ações contra isso.

Um dia desses eu estava ouvindo o Secretário Nacional de Segurança Pública dizendo dos valores que se tem para se investir na prevenção contra as drogas. Temos aí o maior programa, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência — PROERD. Pois bem, o capitão coordenador desse programa no meu Estado paga para tirar xerox das cartilhas. Isso é brincadeira! Nós estamos brincando de lutar contra a violência, porque, na verdade, na prática não se tem nada.

Hoje queremos votar a PEC 300, que acabamos de dizer que é uma bandeira. O policial militar ganha 1 mil reais. Mil reais não dá para pagar aluguel, não dá para comprar um carro, não dá para pagar plano de saúde, não dá para pagar a escola do menino, não dá para fazer nada. E é esse camarada que vai ter de dar segurança para a sociedade, é esse camarada que vai enfrentar a violência neste País, em que se faz política com a segurança pública.

Até sugeri ao Relator da CPI da Violência Urbana, que se crie uma CPI da Segurança Pública no nosso País, porque está-se usando a segurança pública para fazer politicagem. As promoções, os cargos dentro da Polícia Civil estão sendo usados para fazer politicagem, porque na minha polícia é assim: os coronéis prestam num mandato, quando determinado político está governando, e quando saem esses governantes, os coronéis não prestam mais — quando digo coroneis quero falar comandantes. Então, não servem mais para nada. Só servem naquele



governo. Aí, entra outro governo, e muda tudo, e esses comandantes passam a ficar no corredor.

Então, está-se brincando com segurança pública neste País. Brincam até com indulto natalino! Toda vez que vai-se dar indulto natalino, vai um candidato a Deputado lá para o presídio anunciar os presos que vão receber o indulto natalino. E aí, naquele indulto natalino vão presos que não poderiam sair para a rua. Tudo isso tem acontecido no nosso País. É uma vergonha!

Sobre a questão das drogas, todo mundo sabe qual é o problema. As Polícias Militares e Policiais Civis enxugam gelo nos Estados. Porque, neste momento — eu tenho dito sempre isso —, estão entrando caminhões de drogas e de armamentos pelas nossas fronteiras, porque os postos da Polícia Rodoviária estão sendo fechados nas nossas fronteiras. A Polícia Federal não tem efetivos para tomar conta das nossas fronteiras. As fronteiras estão abertas; essa é a realidade do nosso País. E enquanto as fronteiras estão abertas, entrando droga, entrando armamento, o Ministro do Meio Ambiente está na caminhada a favor da maconha. Isso é um absurdo, um absurdo! (*Palmas.*) Estava tentando legalizar as drogas. Como se o Brasil tivesse controle, como se fosse um país totalmente organizado, como se estivesse dentro da ordem, onde as crianças recebessem uma educação para poder decidir que não vai usar a droga porque sabe que ela não faz bem. Não! Nós vivemos em um País em que existe um número muito alto de analfabetos, de pessoas que ainda não sabem decidir. Nem na hora do voto sabem decidir pelos seus governantes.

Tivemos que criar o Projeto Ficha Limpa porque neste País ainda se vota em bandido, bandido! Não estou falando de Deputados bandidos, não. Falo de também de Vereadores bandidos, Prefeitos bandidos, Governadores talvez. (*Palmas.*) E o Ministério do Meio Ambiente — não é uma pessoa comum, não — numa caminhada para liberação da maconha. É como se esse rapaz não tivesse conhecimento, mas ele sabe que a maconha leva ao *crack*, que a droga está diretamente ligada ao cometimento do crime. Ele sabe disso.

Então, Sr. Presidente, estamos brincando neste País, brincando! Essa é a situação dos nossos policiais, essa é a situação dos nossos soldados.



Na Paraíba hoje nós temos 1 viatura e 2 policiais apenas! Falta efetivo, paga-se mal, há redução do efetivo — isso em todo o País. Brinca-se com segurança pública! Soldado ainda é sinônimo de ajudante, que fica na casa de autoridades do Judiciário, de autoridades do Legislativo, de autoridades do Executivo, fazendo, às vezes, até trabalhos domésticos. Então nós deveríamos constituir a CPI da Segurança Pública porque está se brincando com a segurança pública do nosso País.

Temos aí a PEC 300 e a PEC 308. Nós começamos a semana hoje com a expectativa da promessa do Presidente desta Casa.

O Presidente Michel Temer afirmou que, com ou sem acordo, vai colocar em votação a PEC 300 na terça ou na quarta-feira. Com acordo ou sem acordo. Disse isso em entrevista em 2 programas da *TV Câmara*. Disse em entrevistas em vários meios de comunicação nacional, que vai votar com ou sem acordo. Por outro lado, começamos a semana com o Líder do Governo querendo assistir a Copa do Mundo. Querendo parar os trabalhos para assistir a Copa do Mundo. Esse camarada, esse Deputado, com todo o respeito que eu tenho a ele, por ser Líder do Governo, por ser Deputado, não tem compromisso com a segurança pública do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o ilustre Deputado das Alagoas, Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, quero começar parabenizando a todos pela dedicação às questões de segurança pública, do combate à violência e pelas palestras aqui realizadas.

Começo, Sr. Presidente, fazendo uma pergunta ao Dr. Gandra sobre a situação da Polícia Civil com 1 dia de paralisação anunciado para o dia 19. É a paralisação de 1 dia, uma paralisação sem data para terminar. E eu queria essa explicação de V.Sa.

O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA - Dia 14, agora, sexta-feira, todos os Estados estarão se reunindo em assembleia geral para decidir se homologam ou não a decisão das suas lideranças. Então, dia 14 nós teremos, a partir do meio dia, o número de Estados que irão aderir a essa paralisação. É uma greve geral, com



prazo indeterminado. E qual o motivo? Se até o dia 18 deste mês de maio não fora votada as PECs 300 e 446.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O.k, Sr. Presidente. É uma situação que requer a atenção desta Câmara dos Deputados, deste Parlamento, com a Polícia Civil se propondo a parar suas atividades nacionalmente a partir do dia 14. Dia 14 são as decisões, para, a partir do dia 19, parar as suas atividades.

O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA - Dia 19.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Dia 19 é exatamente uma quarta-feira. Esta Casa pode, na terça-feira, colocar em sua pauta a PEC nº 300, a PEC nº 308. É uma situação para a qual chamo a atenção deste Parlamento, do nosso Presidente Michel Temer, chamo a atenção do Líder do Governo, dos Líderes desta Casa. Esta semana mais uma vez a Presidência desta Casa delega aos Líderes essa decisão para se colocar em votação, em pauta, as PECs.

Quero chamar aqui a atenção para um fato.

O projeto de lei chamado Ficha Limpa, que é uma aspiração da sociedade civil organizada, que teve uma ampla publicidade, teve envolvimento da imprensa como um todo, para esse projeto houve uma agilidade processual incrível, atropelando todas as ordens cronológicas desta Casa, mas já foi apreciado e foi aprovado, e vai ao Senado.

Quero pedir aqui, nesta tribuna, que o Presidente Michel Temer dê à PEC nº 300 e a PEC nº 308 o tratamento que deu ao Projeto Ficha Limpa, que dê esse tratamento. Até porque a PEC nº 300 encontra-se aprovada em plenário, com destaques a serem apreciados. Todos nós sabemos que os destaques são procrastinativos na Liderança do Governo nesta Casa, que sabendo que perdia votação em plenário criou esses destaques para paralisar aquela votação.

Não podemos continuar desta forma.

Faço esta solicitação ao Presidente da Casa para que coloque em apreciação, em plenário tanto a PEC nº 300, quanto a PEC nº 308. Até na Comissão de Segurança Pública agora, Paulo Pimenta, sugeri que, a partir da terça-feira, se esta matéria não entrar em pauta os membros voltados à segurança pública façam obstrução na Comissão de Segurança Pública, porque é lá que debatemos os temas ligados à segurança pública e é lá que temos uma maioria que possivelmente



que conseguirá fazer paralisar aquela Comissão, como ato de protesto também nesta Casa e em atenção aos policiais civis, militares, bombeiros militares e também a todos aqueles que, com certeza, serão a Polícia Penal do nosso Brasil.

Com relação à questão das promoções, quero aqui também me juntar ao Deputado Major Fábio. Há um verdadeiro atropelamento na questão da promoção, principalmente dos policiais militares. No meu Estado de Alagoas vários policiais militares para fazer o curso fizeram através de decisões judiciais. Aí, se determina que participe do curso. E depois de aprovado no curso não tem valor a decisão. Aí, é preciso que novamente ele provoque a Justiça para determinar a promoção, turmas inteiras. E eu não entendo por que essa questão da promoção, porque vários policiais, soldados que já recebem como cabo, que fizeram o curso de formação de Cabo, esperam promoção e o Governo não promove. Vários cabos já recebem como sargento, fizeram o curso de promoção de sargento, e o Governo não promove. Uma coisa que não traz despesas ao Estado, é uma questão apenas da valorização profissional do policial, da satisfação do seu ego, uma coisa que vai trazer uma autossatisfação, uma melhor condição de trabalho, possivelmente o melhor rendimento nos seus trabalhos pela sua satisfação com sua atividade, e o Governo não promove. Não tem sentido.

Então, fica aqui também esta reclamação para que possa chegar ao Governo de Alagoas a necessidade de promover os policiais.

Com relação, Major Fábio, à política antidroga, como bem V.Exa. entra neste tema, precisamos entender que o Brasil não tem política antidroga. O Brasil tem uma política permissiva do uso de droga, política tolerante, permissiva. O que faz a Polícia Militar se encontrar alguém na rua fumando *crack*, fumando maconha? Não tem o que fazer. Vai mandar para onde? Então, isso é permissividade do uso de drogas, e não podemos conviver com esta situação.

É preciso urgentemente este País tomar uma decisão com relação ao *crack*. É preciso urgentemente buscar alternativas para recuperar aqueles que já estão viciados e evitar que novas pessoas venham a se viciar. Isso passar pela segurança pública, pela saúde pública, pela ação social — e eu digo até que importantíssimo trabalho de ação social do País, dos Estados, dos Municípios, porque onde não tem um trabalho de ação social suficiente, onde não se tira os meninos de rua, se gera



uma proliferação maior do uso de *crack*. Todos nós sabemos que o *crack* é uma droga barata, é resto de drogas, é borra de cocaína, é o que não presta. O que há de ruim é aquilo a que o menino de rua tem acesso, é aquilo que ele pode comprar quando ganha um tostão lá na esquina da rua. Então precisamos de um trabalho, também, de ação social nesse sentido, para retirar os meninos de rua, para dar ocupação, para lhe dar condição de estudar, de promover o seu esporte, de trabalhar, quando for o caso. Agora, evitar que fiquem na rua, e é o que mais a gente vê, principalmente nas Capitais do Nordeste, onde você não pode parar numa área de lazer que não encoste ali perto uma criança lhe vendendo um amendoim, lhe oferecendo engraxar o seu sapato, ou num sinal de trânsito querendo limpar o para-brisa do seu carro.

Essas crianças estão vulneráveis ao vício, principalmente do *crack*, que é a borra da cocaína, barata e ruim, que vicia e mata. Então nós precisamos ter, rapidamente, ações concretas voltadas à política antidroga no nosso Brasil. Muito obrigado. Essa é a minha participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado pela sua participação, Deputado Francisco Tenório, que muito tem contribuído com o trabalho desta Comissão.

Passo, de imediato, a palavra ao Capitão Assunção, outro Parlamentar que se destaca nesta Casa pelo seu compromisso e luta na área da segurança pública.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero fazer uma referência a todos os trabalhadores de segurança pública que se encontram presentes aqui nesta sala e a todos que estão nos acompanhando pela Internet.

O tema é bem apropriado, porque em todos os lugares do mundo onde se tentou resolver segurança pública, passou necessariamente pela valorização dos trabalhadores de segurança pública. E nós não vamos citar exemplo de país de Primeiro Mundo, não. Nós temos aqui países, na América Latina, que resolveram o seu problema de segurança pública, onde os índices de criminalidade estão controlados, mas os trabalhadores de segurança pública foram enaltecidos. Quem lembra de Bogotá sabe que Bogotá era um escândalo mundial. E hoje nós temos o problema de segurança pública resolvido naquele lugar e outros tantos exemplos. E



essa questão, como nós estamos vendo aqui os Deputados de todos os partidos, desde a extrema esquerda, até os partidos de direita aqui representados, é suprapartidária. Não adianta nada o trabalhador de segurança pública batalhar o voto mais honesto do Brasil, que é o voto da militância, e o Relator sabe disso. O partido do Relator, Deputado Paulo Pimenta, é um partido de militância.

O Partido dos Trabalhadores é um partido essencialmente de militância. Não adianta nada trazer um representante para cá, através do voto honesto, que é o voto da militância, e a gente aqui levar bandeira partidária. A questão de segurança pública, a questão de valorização do trabalhador de segurança pública é uma questão... tem que ser eternamente uma questão suprapartidária. O que nós estamos vendo aqui, que é uma peleja, Presidente Jânio, que é anterior a nossa batalha do piso salarial nacional dos policiais civis, dos bombeiros e dos policiais militares, que é dos agentes penitenciários, é uma luta constante. Eles não vêm para cá se divertirem, eles vêm para cá passar fome.

Quanto tempo eles estão aqui batalhando por isso! E agora está todo mundo agarrado na fila das PECs. Inventaram uma fila das PECs agora, porque se a PEC 300 não passar, e o Governo não quer que passe, nada mais vai acontecer. E a sua luta, Francisco, vai ser uma luta inglória, porque eles não querem que passe. O tempo que vocês estão... Os agentes penitenciários estão vindo para cá para batalhar, para serem reconhecidos como trabalhadores de segurança pública. No art. 144, o Deputado Arnado Faria de Sá falou, não vai trazer um centavo a mais, não vai sair um centavo a mais dos cofres da União. É ser consagrado no art. 144. Qual a dificuldade que a gente está vendo nisso? E por conta disso não se vota nada, por causa do piso dos policiais civis, dos policiais militares e dos bombeiros militares.

Quero também falar do nosso Presidente do Sindicato Nacional dos Inspetores da Polícia Rodoviária Federal, que está presente aos debates; o Presidente Maurício Carvalho Maia, que se encontra aqui na nossa audiência.

Mas, continuando, nós participamos de uma reunião ontem, Relator, que nos trouxe tristeza, porque aqui, como é uma questão suprapartidária, a gente tem que dar nome aos bois. Na reunião do Colégio de Líderes, eu vejo lá uma opinião do Deputado Pizzolatti. Não é para ser autêntico? Deputado tem que ser como criança,



tem que falar a verdade. Não é pessoal? Falar a verdade. O Deputado Pizzolatti, com aquelas opiniões, ali fala... É o que o Presidente Jânio falou: para os trabalhadores de segurança pública, no seu gabinete, fala-se uma coisa, mas na porta fechada lá da Presidência, o comportamento é outro. Então eu vou fazer a denúncia aqui, não é? O Deputado Pizzolatti tem uma manifestação contrária a respeito dessas proposições. O Deputado... Estou falando só dos Líderes, que não representam a opinião maciça dos Parlamentares desta Casa. Eu estou falando dos Líderes. E como é uma questão suprapartidária, eu não estou aqui representando o Partido Socialista Brasileiro, porque se o Líder do meu partido se posicionar contrário, eu sou o primeiro a ir lá no plenário e bater na cabeça dele. Então, tem o Deputado Pizzolatti, do Partido Progressista, que está tendo essa manifestação contrária.

É um desrespeito com a democracia brasileira. Ele não representa os Deputados que pensam diferente do Partido Progressista. Tem o Deputado Eduardo Henrique Alves. Ele falou que não tem condições de votar a PEC 300 com o piso salarial, mas não é isso que ele conversa com os policiais quando eles o procuram no seu gabinete. O Deputado João Almeida se escondeu dos policiais e bombeiros do Rio Grande do Sul, hoje. O representante dos bombeiros e dos policiais militares, o Lucas, que está presente conosco aqui hoje, ficou triste com esse comportamento, Parlamentar se escondendo de trabalhadores. Isso é um absurdo, ficar olhando através da porta. Nós temos que, pelo menos, ter respeito e aceitar os trabalhadores.

O Deputado Vacarezza falou para a gente que não se vota nada, só depois das eleições. Falou comigo lá, falou com o Major Fábio, falou com o Deputado Lincoln Portela, outro grande defensor da PEC 308 e da PEC 300.

O Deputado Dagoberto teve desconhecimento do que está escrito, da proposição 300. É um absurdo, ele falando que não pode ter valor na Constituição Federal. Eu falei: meu irmão, por favor, leia; isso aqui é Disposições Transitórias, é uma salvaguarda para que a gente tenha os nossos direitos assegurados. É um absurdo. Eu quero ver se o Líder do meu partido se posiciona diferente também. Nós já estamos fazendo...



Nós vamos um pouco mais além, meu amigo Jânio. Nós temos que fazer os *outdoors* nos nossos Estados declarando aqueles partidos que estão atentando contra os trabalhadores de segurança pública do Brasil. Nós temos que ser contundentes.

Eu fui interpelado por um Parlamentar desta Casa, dizendo que a questão não era política. Ora, se a questão não é política, o que nós, políticos, estamos fazendo aqui dentro? Brincando de ciranda, cirandinha? Não pode, gente.

Para finalizar, Presidente, Relator, falando o que se resolveu de segurança pública no mundo, de criminalidade, não se resolveu problema de criminalidade sem ter passado pela valorização dos trabalhadores de segurança pública. As propostas indecorosas que a gente tem ouvido do Governo são coisas do arco-da-velha. Eu preferia voltar lá para banco da viatura, trabalhar lá na viatura, a ouvir essas coisas indecorosas aqui dentro desta Casa, porque aqui não tem nenhum acordista, não. Nós estamos aqui para defender os anseios de categorias que pleiteiam o que é justo, o que é plausível. Ninguém está pleiteando coisa que é inatingível aqui. Isso não é inatingível.

O Secretário Nacional de Segurança Pública subiu no trio elétrico da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e afirmou — o Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri: se vocês deixarem passar a Proposta de Emenda Constitucional nº 300 agora nem em 50 anos vocês vão ser reconhecidos. Então o recado foi dado.

Agora nós temos que ser fortes, porque o Governo está usando de todas as artimanhas para que nada seja votado nesta Casa. Haja vista, como o Deputado Major Fábio falou, o Paes de Lira falou ontem — eu também fiz a minha manifestação, mas só que o Major Fábio é que foi o bravo lá: gente, antecipar o recesso para assistir a Copa no telão de 42 polegadas é enganação para não se votar mais nada nesta Casa. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, faço questão aqui de registrar Parlamentares que estiveram presentes aqui na reunião, ou estão presentes na reunião, alguns deles, na sua maioria. Dezesete Parlamentares, entre integrantes e não integrantes desta



Comissão, fizeram questão hoje de participar desta audiência: Deputado Marcelo Itagiba, que está aqui conosco; o Major Fábio, que já foi aqui citado; o Francisco Tenório, o Capitão Assunção, o Coronel Paes de Lira, o Deputado Lincoln Portela, o Deputado Domingos Dutra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado João Campos, o Deputado José Carlos Araújo, o Deputado Busato, o Deputado William Woo, Chico Alencar, Iriny Lopes, Décio Lima e Jorginho Maluly. Dezesete Parlamentares, de todas as bancadas, estiveram aqui prestigiando esta audiência tão importante no dia de hoje.

Com a palavra, agora, o ilustre Deputado Lincoln Portela, que pediu a palavra como Líder, portanto tem prioridade na lista de inscrições.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta; senhores da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes, Parlamentares, eu agradeço. Desculpem-me por eu ter pedido a palavra, inclusive com os inscritos, mas é porque está começando a Ordem do Dia e eu já estou com o requerimento de inversão de pauta, da minha autoria. Então, preciso ir lá porque já vai começar a Ordem do Dia.

Apenas ratificando o meu posicionamento, eu comprei alguns desafetos com a PEC 300 aqui na Casa, alguns companheiros de base, até mesmo do Governo, mas o pessoal depois começou a compreender o nosso posicionamento. Eu quero ser propositivo.

Eu penso que nós tivemos muitas vitórias nas duas PECs. Primeiro, o Brasil inteiro sabendo o que anda acontecendo com os policiais civis, militares e bombeiros do nosso Brasil, a vergonha, o descalabro, o absurdo. Penso que essa vitória marcou muito esse posicionamento, marcou muito e já é um ponto de vitória para nós. Os nossos policiais civis, militares e bombeiros terem vindo para cá ordeira, honestamente — vieram com o dinheiro do bolso, dormiram em barracas, dormiram dentro de carro, dormiram dentro de caminhão, dormiram dentro de ônibus, dormiram debaixo de marquise, o pessoal veio para cá honestamente e não fez nenhum tumulto em Brasília — foi de fundamental importância. (*Palmas.*)

É importante ressaltar também, porque ainda não foi colocado da maneira que deveria, e já comecei a pincelar no plenário, alguns Parlamentares o fizeram também, os absurdos que acontecem dentro do sistema prisional brasileiro com os



agentes penitenciários. A maneira de exposição, a exposição que eles se encontram em nível físico, em nível moral, em nível de corrupção... Eu tenho tratado... Como homem que milita na imprensa, eu tenho informações de que preciso preservar a fonte no meu próprio Estado, Estado onde inclusive sou aliado ao Governo que ali está, mas é um caldeirão prestes a explodir a questão dos agentes penitenciários do Estado de Minas Gerais. É absurda a situação. Nós precisamos transformar o mais rápido possível numa Polícia Penal capacitada, bem ordenada, bem orientada, vamos dizer, com um aparato maior e melhor, com segurança para eles e com melhores condições de trabalho.

Também registro o posicionamento da Polícia Penal ordeiramente, aqui nesta Câmara dos Deputados, desde o início, quando começaram a querer dizer alguma coisa, que estavam empurrando as pessoas; não estavam. O grande problema é que encheu a Casa; a Casa encheu, claro, os corredores ficam mais apertados, mas, afinal de contas, esta Casa foi feita para ser cheia, não para ser esvaziada; para ser Casa do povo. Infelizmente, isso assusta alguns Parlamentares que não têm cheiro de povo, que não têm cara de povo; que vivem, o tempo inteiro, nas suas elites, nos seus gabinetes; que não conhecem o que é mobilização; que não conhecem e não sabem o que é militância. Isso incomoda, sim.

Agora, o Presidente Michel Temer, para concluir, já havia conversado comigo, nós já conversamos com ele muitas vezes, e S.Exa. se comprometeu publicamente — isso está no *Congresso em Foco*, está filmado, está relatado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Só um minutinho, Deputado, para ver o que está acontecendo. Veja, por gentileza, se é o microfone.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Forças ocultas, como diria Jânio Quadros.

Comprometeu-se a colocar a PEC 300 para ser votada, e eu creio na palavra do Presidente Michel Temer; eu creio na palavra dele.

Isso está indo para a Internet, ao vivo; está gravado aqui. Eu creio na palavra do Presidente Michel Temer. Eu não acredito que um homem da linha, do quilate, da conduta do Presidente Michel Temer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Já foi retirado.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Obrigado, Capitão Assunção.



Eu não acredito que um homem da postura e da história do Presidente Michel Temer fosse falar uma balela desse nível, a ponto de expor-se publicamente; ele, como um possível candidato, ou como um pré-candidato, um possível pré-candidato à Vice-Presidência da República, numa ampla coligação; ele, que é um jurista de renome, um professor, e ainda foi Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Eu não acredito nisso. Então, eu quero acreditar na palavra do Deputado Michel Temer.

E, ainda mais: nós já entramos em obstrução. Saímos por causa da votação dos aposentados e vamos voltar.

O Jânio já colocou bem claro o seu posicionamento, através de carta, através de ofício, sobre a greve da Polícia Civil; nós já repicamos isso em plenário hoje, e diz-se da responsabilidade desta Casa.

Então, vamos crer que, na semana que vem, no mais tardar, a PEC 300 será votada.

Ontem, no meu pronunciamento como Líder, eu falei que nem precisávamos que os partidos elencassem a PEC 300 para ser votada, porque ela já começou a ser votada; é uma redundância absurda. O que nós precisamos votar são os destaques. Eu disse, apelidei... Algumas pessoas até criticaram o meu posicionamento, porque eu arranjei uma palavra que não existe no Regimento Interno, porque precisamos vencer os destaques, as emendas “assassinativas” destacadas que foram colocadas em plenário.

Vamos para a vitória, vamos para a luta. Eu creio que nós vamos votar a PEC 300 como ela está. O Senado que se vire, que trabalhe e que dê satisfações à sociedade.

Pelo menos 1 milhão de trabalhadores diretos, policiais civis, militares e bombeiros, são afetados por isso. Vamos resolver essa questão, vamos continuar trabalhando, e, apesar de não ser alguém ligado institucionalmente à Polícia Militar, à Polícia Civil ou aos Bombeiros, tenho uma longa história de relacionamento com muitos amigos que eu ali tenho. Por isso acreditei e acredito nisso. Queremos uma segurança pública que passe, como bem disseram o Capitão Assumção e outros, pela valorização de quem está trabalhando lá, pela dignidade e decência dessas pessoas.



Permitam-me sair.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a vocês todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Deputado Paes de Lira, ilustre Parlamentar do Estado de São Paulo.

Logo em seguida, ouviremos a palavra do Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente destes trabalhos, Relator da CPI da Violência Urbana; ilustre Mesa; Gandra, da COBRAPOL; Rodrigues, da FEBRASPEN; Sargento Rodrigues, Policial Militar, Deputado Estadual em Minas Gerais; Espírito Santo, da AMEBRASIL; Coronel Miler; Lucas... Parece que temos ainda outros representantes. Se escapou algum nome, peço desculpas. Também saúdo o Maurício Carvalho Maia, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Inspectores da Polícia Rodoviária Federal.

Eu não sei se sabem, meus amigos, mas, neste momento, o Governo Federal, o Poder Executivo está muito preocupado com as greves no serviço público federal. Não sei se sabem também que o serviço público federal é o mais bem pago do País, superando de longe, de longe, os Estados que mais bem pagam, incluindo o Estado de São Paulo, o mais rico da Nação, que paga miseravelmente os seus policiais militares e os seus servidores públicos, e superando a iniciativa privada, de longe também.

Uma categoria, por exemplo, que preocupa muito o Poder Executivo neste momento é a dos servidores do Poder Judiciário. Também não sei se sabiam disso: os técnicos judiciários e os profissionais de nível superior do Poder Judiciário. Sabem, amigos, quanto estão pleiteando os técnicos do Poder Judiciário Federal como piso da categoria? Em torno de 6 mil e 500 reais e, para o profissional de nível superior, 12 mil reais. O Governo está preocupado, mas os salários deles não estão tão distantes assim dos 6 mil e 500 reais, embora haja algumas disparidades interessantes até no próprio serviço público federal.

Por exemplo, comparando os servidores do Ministério do Trabalho, hoje, com os servidores das agências reguladoras, nós verificamos que técnicos de mesmo nível têm uma disparidade salarial importante. Mas os salários são decentes, os salários são dignos.



Quando esses servidores ameaçam greve não é mais porque eles estejam passando fome. Não. Eles estão longe de passar fome. São servidores cujos salários, no serviço público federal, os enquadram numa classe média; uma classe média que pode, até certo ponto, decentemente, apenas com o salário do serviço público federal, criar dignamente a sua família, criar os seus filhos com uma perspectiva de futuro, posicionar-se de modo adequado e condigno, em razão de sua função no serviço público federal, dentro da sociedade brasileira.

Mas os policiais, os policiais e bombeiros, estão passando fome. Um policial militar no Rio Grande do Sul recebe 870 reais — um soldado de Polícia Militar! — para preservar a ordem pública, para defender a sociedade, com o sacrifício da própria vida. Em Minas Gerais, a situação é um pouquinho melhor.

Nós temos aqui a fotografia que deve ter sido mostrada pelo Sargento Rodrigues. É o Cabo Vandec, não é isso, Rodrigues? É o Cabo Vandec, que nem a mãe dele o reconheceria depois que o tiro de fuzil esfacelou o crânio dele. Nem a mãe do Cabo Vandec o reconheceria!

Anteontem, o Soldado Ademilson Martins de Souza, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, do 46º Batalhão de Polícia Militar, estava já terminando o turno de serviço, estava se recolhendo à companhia, apareceu uma ocorrência de roubo de última hora no caminho dele. Ele interceptou os criminosos, com a companheira de patrulha, uma policial militar — porque as mulheres na Polícia Militar, as mulheres na Polícia estão na linha de frente do combate ao crime — e, numa feroz troca de tiros, apesar de protegido pelo colete, ele acabou sendo atingido por um projétil, um tiro lateral, e aí não adiantou o colete. Foi mais uma perda.

É mais um herói! (*Palmas.*) Mais um herói que deveria ter seu lugar no panteão dos heróis da Pátria, porque se trata de alguém que deu, em defesa dos seus concidadãos, em defesa de pessoas que ele nem conhecia, o bem maior de que ele dispunha, que era a própria vida.

Nós pagamos, nós nos atrevemos, nós temos a arrogância de, no nosso Brasil, nos nossos Estados, pagar ao Ademilson, ao Vandec um salário de fome. De fome! Nós nos atrevemos a pagar um salário de fome para esses homens e para



essas mulheres. Nós já perdemos mulheres policiais militares no combate ao crime no Estado de São Paulo.

Então, não querem votar a PEC 300. Meu caro Relator Paulo Pimenta, alguém poderia perguntar: CPI da Violência Urbana, e vem aqui convocar policiais e agentes penitenciários que lutam pela conversão de sua carreira para falar de salário? O assunto, na verdade, está intimamente ligado, porque a aprovação da PEC 300 é claro que tiraria esses policiais da miséria, mas quem mais ganharia seria a sociedade, porque permitiria, mediante um salário decente de 3.500 reais...

Nós não pedimos, na PEC 300, 6.500, não pedimos 8.000, não pedimos 12.000. São 3.500 reais para o soldado ou para o investigador de polícia. É isso que se pede, essa ínfima quantia de 3.500 reais, o que melhoraria, e muito, a segurança pública do País. Quem ganharia seria a sociedade brasileira, porque o policial, porque o agente passaria a poder se dedicar muito mais intensamente à sua profissão.

Quem sabe, ele poderia se livrar das malditas garras do bico, que não permite sequer que, na hora de folga, ele conviva com a família, que ele conviva com os vizinhos, que ele tenha uma vida social. Ele não tem porque são 12 horas numa patrulha e 12 horas no bico, se arrebatando de cansaço, a ponto de chegar em casa às vezes sem condição de dar um beijo de carinho na mulher e nos filhos. Essa é a vida do policial.

É isso que não querem votar. É isso que o Colégio de Líderes desta Casa impede que seja votado. É essa a matéria que foi retirada da Ordem do Dia, no dia 10 de março, ilegalmente, e não mais retornou.

Será que se pede muito? Será que se está pedindo um salário de nababo, de nababo? Será que se pede um salário que vai enriquecer o policial? Não, não. É um salário que apenas vai dar um bocadinho, desse tamaninho, de dignidade para que ele possa criar decentemente os filhos. Só isso, só isso.

O País não pode pagar? O País, o Brasil, que caminha para ser a quinta economia do mundo, não pode pagar? Um país cujo Orçamento federal é de 1 trilhão, 860 bilhões de reais no ano de 2010 e que terá valor similar agora no ano de 2011? Já chegou a Lei de Diretrizes Orçamentárias aqui, a proposta do Executivo. Um país que está pagando, no ano de 2010, 256 bilhões de reais apenas para o



refinanciamento do serviço da dívida pública e que pagará 270 bilhões de reais para a mesma finalidade no ano de 2011 não pode gastar 10 bilhões de reais, menos do que meio por cento do Orçamento federal, para melhorar as condições daqueles que nos defendem, com grave risco da própria vida, contra a sanha do crime e salvam pessoas, salvam gente nas calamidades naturais e nos incêndios? Meio por cento do Orçamento federal!

Acréscimo? Dinheiro novo? Não. Basta reestruturar o Orçamento federal; basta estabelecer prioridades verdadeiras no Orçamento federal; basta cortar dinheiro de propaganda, por exemplo, e redirecioná-lo para melhorar, mediante um fundo federal, os salários dos policiais. Isso se fosse necessário verdadeiramente que a União suportasse, nesse fundo federal, o ônus de 1.500 reais de acréscimo por policial civil, por policial militar, por bombeiro militar, por inativo, por pensionista dessas categorias em todo o Brasil. E isso não é verdade, porque Estados como o Estado de São Paulo, o meu pujante e rico Estado de São Paulo, que ainda responde por um terço da riqueza nacional, não precisarão de um centavo que seja desse fundo federal para pagar a folha salarial. O mesmo eu digo do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Tocantins, da Bahia, de alguns estados do Norte, fazendo algumas exceções para Estados muito pobres do Nordeste. Lembro que os nossos irmãos de Sergipe pagam aos seus soldados 3 mil e 200 reais. E como é que pagam 870 reais no Rio Grande do Sul? E como é que pagam 1.500 reais no Estado mais rico da Federação? Não será necessário, portanto, esse desembolso do Governo Federal, não será, mas, mesmo que fosse, seria meio por cento do Orçamento da União, não por dinheiro novo, não pela necessidade de financiamento novo, mas apenas mediante redimensionamentos e reajustes no Orçamento Federal.

Então nós, o povo brasileiro, estamos em condições de exigir que essa matéria seja votada. E se ela tiver de ser rejeitada, que seja, mas os Deputados têm de votar, eles têm o direito de votar. Os Deputado têm de ter o direito de votar para dizer “sim” ou “não” e olhar o povo, ao justificar seu voto, corajosamente, como deve ser próprio de Parlamentar.



Aliás, nesta Casa não deveria haver Parlamentar covarde. Covardes não deveriam vir para esta Casa de Leis. Então, se foram 393 votos “sim”, eles estão sendo cassados por uma minoria, de modo autoritário e de modo antirregimental.

Enquanto não for reintegrada a ordem regimental, enquanto essa matéria não voltar à Ordem do Dia para ser votada, nós estaremos incorrendo, estaremos tolerando, na Câmara dos Deputados, uma imposição autoritária, uma posição antirregimental, e, portanto, ilegal.

Isso tem de cessar, tem de cessar. Não é possível que o Presidente da Casa não ouça os reclamos; não é possível que o Presidente da Casa e o Colégio de Líderes não enxerguem os heróis que estão sendo sacrificados no combate ao crime, no cumprimento do dever, sem condições sequer de ter uma casinha modesta para morar. Até quando isso irá acontecer?

É essencial e crucial que as Lideranças e a Presidência abram os seus olhos e não aceitem mais aquilo que verdadeiramente está acontecendo: a ingerência direta do Poder Executivo nesta Casa de Leis, impedindo a aprovação de uma proposta de emenda constitucional já aprovada em primeiro turno. *(Palmas.)*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Paes de Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Relator da CPI da Violência Urbana, componentes da Mesa, Srs. Deputados que me antecederam e, com o brilho que lhes é peculiar, esgotaram a questão, aqui me cabe falar com a razão e também com o coração.

Alguns aqui nos acusam de corporativos. Dizem que estamos aqui para defender os interesses das polícias, como alguns estão aqui para defender o interesse das grandes empresas, outros estão aqui para defender os interesses dos bancos, outros estão aqui para defender o interesse do crime organizado. Ou seja, nós estamos aqui, sim, para defender os interesses da população que nos elegeu e, por isso, nós somos corporativos. Somos corporativos porque a população que nos elegeu deseja que nós tenhamos o quê? Segurança.



A razão de ser do Estado brasileiro, para mim, são 3: educação, saúde e segurança pública. Saúde e educação possuem Ministério e possuem verba destinada especificamente na Constituição. Está faltando a segurança pública. Precisa haver um ministério — escrevi um artigo no jornal *Folha de S.Paulo* defendendo essa tese há uns 6 anos. Além disso, é preciso ter também recurso constitucional destinado a esse Ministério.

Quando tratamos da violência urbana, Sr. Relator, ela passa apenas por uma questão: a valorização profissional daquele que lida com a violência urbana todos os dias.

Segurança pública não é um problema. Segurança pública é onde recai o problema que uma sociedade não conseguiu resolver. Então, tudo de podre e tudo de ruim que a sociedade produz desaba no colo dos policiais e, depois, no colo dos chamados agentes penitenciários.

Polícia é gênero e possui várias espécies, mas neste momento estão unidas com o mesmo objetivo: garantir um salário correto e digno aos policiais para que eles possam fazer aquilo que a população diz que é sua maior preocupação, que é dar e prover segurança pública a todos os brasileiros.

Por isso, perguntado se sou aqui corporativo, direi sempre “presente”, em defesa dos interesses da população, porque garantindo os interesses das polícias estarei garantindo o interesse da população que me trouxe aqui, inclusive os votos dos policiais que recebi em razão do cargo que ocupei, de Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Parece-me que as coisas não são ditas como elas são. Vi recentemente uma fotografia do ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal, magistrado do Estado de São Paulo, visitando o Presidente desta Casa. Segundo a notícia do jornal, não foi para pleitear nenhum aumento; foi apenas uma visita de cortesia, e todos nós sabemos que está na Ordem do Dia o aumento dos servidores do Poder Judiciário.

Nós não temos nada contra esse aumento, só que existem coisas que antecedem coisas. Há coisas que têm de ter prioridade porque chegaram aqui primeiro, e dentre essas coisas está a PEC 300, a PEC 308, que cuida do quê? Uma da justa e correta remuneração para todos os policiais do Brasil; cuida da criação de uma Polícia Penal, tão indispensável para que nós tenhamos, efetivamente,



segurança no sistema penitenciário e que nós tenhamos a segurança daquele que trabalha dentro do sistema penitenciário.

Então, se o senhor quisesse, talvez, resumir em uma frase a conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito para a solução do problema da violência do País, seria numa frase que nós resolveríamos: justa e correta remuneração para os profissionais que atuam na segurança pública.

Gostaria de chamar a atenção, por exemplo, para algo que vem acontecendo no meu Estado, o Rio de Janeiro, onde verbas federais já suplementam a remuneração de policiais militares, aos quais está sendo dada uma nova atribuição: posto de policiamento comunitário, GEPAE, que agora se chama UPP. E vejam bem que coisa estranha: esses policiais recebem um delta de diferencial pela qualificação que obtiveram e pela função que estão exercendo dentro das comunidades. Só que, na hora em que o calo aperta, quem vem em socorro desse policial é o policial do batalhão, que não recebe essa remuneração e fica aquém do valor que recebe aquele que está atuando numa UPP. Então, se há dinheiro para complementar salarialmente uma parte, por que não o todo?

Nós vemos vários projetos e programas sociais do Governo, todos dignos de louvor, mas pergunto: talvez não seria também digno de louvor que, dentro desses programas sociais, tivessem escolhido também a classe dos policiais, que tanto precisa para poder garantir a segurança da população? Eu não tenho a menor dúvida de que não.

O Coronel Paes de Lira, que vem se destacando com seu trabalho excepcional representando o Estado de São Paulo, colocou uma questão que me parece fundamental: nós não podemos nos apequenar, nós não podemos nos acovardar — e nós não somos de nos apequenar nem de nos acovardar, principalmente diante das dificuldades e do perigo. Esta Casa só funciona sob pressão, e pressão é isto: é pressão desarmada, fazendo valer os seus direitos através de manifestações ordeiras, como foram feitas aqui nesse período todo.

Nós temos que lutar, sim, para que as minorias tenham os seus direitos assegurados; que não sejam sobrepujados por uma maioria covarde, covarde, porque fazem os seus conchavos à noite, tomando um bom vinho, ou em reuniões,



com altos cafés da manhã, para decidir os destinos do que vai ser e do que não ser votado nesta Casa.

Não reconheço em nenhum Deputado nesta Casa valor maior ou superior ao valor do voto do povo que me trouxe aqui. Portanto, todos nós, unidos, estaremos na defesa desse ideário, que é o ideário de remunerar, condigna e justamente, todos os policiais do Brasil, sejam eles os federais — que, aliás, hoje são muito bem remunerados...

Eu digo, de peito aberto, que isso não foi dado de mão beijada. Foram conquistas judiciais que levaram o Governo a ceder, e hoje um delegado de Polícia Federal percebe 20 mil reais, se for final de carreira, classe especial, como eu sou. Por que nós não podemos dar essa justa e correta remuneração aos demais servidores da atividade policial?

Os heróis estão aí, são anônimos, porque as pessoas dizem desconhecê-los. São anônimos para eles, mas não serão nunca anônimos para nós, porque eles representam o que nós representamos.

Hoje são eles que estão caídos. Poderia ter sido qualquer um de nós. Confrontos não nos faltaram na vida e confronto nós iremos fazer através do exercício do nosso direito, através do exercício da palavra, através do exercício do convencimento, para que todos possam, dignamente, cuidar das suas famílias. Cuidando dignamente de suas famílias terão mais condições de cuidar da família de todos nós nas ruas, no combate à criminalidade.

Sr. Relator, conclua o seu relatório dizendo: para a solução do problema da violência basta tão somente remunerar dignamente os policiais deste Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Itagiba.

Passo a palavra para o ilustre Deputado João Campos, outro expoente desta Casa no trabalho e na luta em prol da segurança pública.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, eu vou procurar ser breve. O tema está muito bem colocado, discutido. Mas a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana, evidentemente, tem o propósito de, ao estabelecer um diagnóstico, oferecer propostas de políticas



públicas que possam orientar o Governo Federal e os Governos dos Estados em termos de estabelecimento de uma política pública organizada, planejada, articulada, daí por diante. Penso que é na esteira dessa compreensão que vem esta audiência pública de hoje.

Há um tempo não distante, quem reivindicava política pública na área de segurança era a sociedade apenas. Hoje, mais do que qualquer outro setor, são os próprios policiais, das mais diversas categorias ou instituições, que reivindicam dos respectivos Governos, em todos os níveis — Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais —, uma política pública de segurança articulada, inteligente e planejada; de mão dupla, que atenda aos órgãos de segurança pública, os que compõem esses órgãos e o interesse da sociedade. É uma reivindicação primeiramente importante a dos policiais, e penso que esta audiência pública vem nessa esteira.

O Deputado Marcelo Itagiba fala sobre o corporativismo. Todos somos corporativistas. Um dia, eu estava na reunião do meu partido, nós colocávamos alguns assuntos correlatos a isso, e um determinado colega quis me censurar: ah, essa matéria é corporativista. Eu indaguei: quem é que, como membro desta Casa, não é corporativista? Quem é? Só estamos aqui é porque temos bandeiras. Agora, é um corporativismo legítimo, legítimo.

É preciso, de outro lado, que a gente veja as PECs 300, 308 e 549 como instrumentos de política de segurança pública também, e não apenas o corporativismo pelo corporativismo. Infelizmente, alguns têm essa visão pequena, tacanha; o mero corporativismo, até como se fosse legítimo. Mas nós haveremos de vencer. Vejo os policiais militares, bombeiros, civis, os agentes penitenciários determinados, e isso é que vai e que está fazendo a grande diferença nesse processo, por mais que haja uma resistência do Colégio de Líderes e do próprio Governo.

Porque quando o Líder do Governo, o Deputado Vaccarezza, já no início desta Sessão Legislativa, propôs publicamente que nenhuma PEC fosse votada este ano, portanto, era a voz do Presidente Lula aqui na Casa, era o Governo, então, com a sua maestria sinalizando como é que tínhamos que proceder, inclusive não votar a PEC 300. Quando o Deputado Vaccarezza, que nós respeitamos muito, vem



agora com outra proposta, um recesso antecipado, coisa que nunca aconteceu — e não é a primeira Copa do Mundo que nós vamos realizar, que o mundo realiza — essa proposta também é uma orientação certamente do Governo, pois ele é a voz do Governo nesta Casa.

Evidentemente, o Governo está apenas pilotando, porque na verdade o Colégio de Líderes, que é composto não só de Líderes da base do Governo, mas também de Líderes da Oposição, termina fazendo um trabalho que tem procrastinado a deliberação por esta Casa dessa matéria.

Mas nós temos que persistir na luta. É persistindo, são iniciativas inteligentes como esta audiência pública aqui, que tem também esse viés de não deixar a matéria cair no esquecimento, ir para a gaveta e daí por diante, é que nós vamos conseguir, assim como mobilizações a nível nacional e as inúmeras iniciativas que os policiais militares e bombeiros e civis têm desenvolvido pelo Brasil afora.

Parte do Governo, especialmente o Governo Federal, não apenas este, historicamente tem desenvolvido a ideia, a compreensão de que o art. 144, ao estabelecer que segurança pública é dever do Estado, tem desenvolvido uma compreensão restritiva desse preceito; “Estado” como sendo unidade da Federação. Ora, se o Governo deseja efetivamente ter uma política com diretrizes macro na área de segurança pública, basta que a gente compreenda “Estado” aí como os diversos entes que compreendem a Federação brasileira, e não Estado de Goiás, Bahia, Piauí e daí por diante.

Na medida em que a gente tenha essa compreensão do Estado no sentido macro, a responsabilidade é do Governo Federal como um todo, inclusive de pilotar, de gerenciar, estabelecer diretriz macro de uma política de segurança pública; assumir a sua responsabilidade e, a partir dessa política macro, então, as unidades federadas vão estabelecer a sua política local, os municípios também, mas obedecendo um macro nacional, uma diretriz nacional. Aí o Governo Federal, não apenas este, mas todos eles, se furtam a isso; negam a responsabilidade a partir de uma interpretação restritiva do texto constitucional.

Estou consciente de que nós estamos no caminho certo. Vamos persistir na nossa luta porque haveremos de ser vitoriosos, aprovando essas PECs dentro da compreensão de que elas são ferramentas de uma política de segurança pública.



Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quero, antes de passar a palavra para as considerações finais dos nossos convidados, rapidamente aqui fazer uma manifestação, mais como Relator do que propriamente como Presidente, neste momento, desta Comissão.

Tenho acompanhado esse debate na Casa há bastante tempo, e mais especificamente nesse último período temos coordenado o esforço de vários Parlamentares. Arrisco dizer que os principais Parlamentares da Casa que atuam na área da segurança pública reúnem-se nesta Comissão para pensarmos juntos propostas.

Do meu ponto de vista, esta questão é muito maior do que uma questão de natureza partidária. Acho que o tema da segurança pública deve ser pensado como uma questão de Estado.

Na grande maioria dos países do mundo, o tema da segurança pública sequer é objeto da pauta das campanhas eleitorais; ele é um tema preservado da sociedade, é uma política de Estado que não muda ao sabor do vento a cada 4 anos.

Mas é evidente que nós estamos amadurecendo ainda nossa frágil democracia, e o tema da segurança pública foi muito bem lembrado aqui. Ele sofre hoje o fato de que quando da elaboração da Constituinte de 88, nós estávamos ainda muito próximos do período da repressão.

E esta possibilidade de que o tema segurança pública e repressão pudessem ser confundidos naquele momento fez com que esse tema praticamente fosse ignorado pelo Constituinte. É por isso que a saúde saiu com recursos carimbados na Constituição Federal, na constituição do Estado, nas constituintes municipais, por isso que a educação tem o recurso carimbado. E de fato as obrigações principais do Estado quais são? Saúde, educação e segurança. Mas o Constituinte ignorou o tema da segurança pública, diante do momento histórico que o País estava vivendo. E, portanto, hoje nós estamos recuperando um debate que o País não fez há 20 anos, por conta de um momento político que não cabe aqui avaliarmos a conveniência ou não.



Eu quero dizer aos senhores que discutir violência urbana e segurança pública é muito difícil, porque o tema é muito amplo.

Esses dias eu vi um relatório do Ministério da Justiça. A forma como mais morrem pessoas no Brasil e a violência urbana são os acidentes de trânsito. Mas nós queremos aqui abordar um aspecto dessa questão: que é propriamente a relação entre violência e criminalidade; segurança pública e violência urbana.

E quero adiantar aos senhores que, até o final deste mês, estaremos preparando o nosso relatório final da Comissão. Esse relatório vai tratar basicamente de 4 eixos principais. Primeiro, será a transformação do PRONASCI num programa permanente e não num programa que tem tempo de duração. É impossível um programa dessa magnitude existir só até 2012. Então, o PRONASCI tem que se tornar um programa permanente de modo a comprometer inclusive os Municípios e os Estados.

Mas eu quero destacar para os senhores os 3 pontos principais, além desse que nós vamos trabalhar no nosso relatório. Primeiro, foi falado aqui por alguns colegas, o fato de no Brasil não haver uma política de fronteira. É quase inacreditável, para um país dessa dimensão, para um país que não produz matéria-prima para droga, cocaína, maconha, craque, ter as suas fronteiras vulneráveis como são.

As armas, que são apreendidas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, em São Paulo, entram pelas fronteiras, no geral, pelas fronteiras secas.

Nós temos hoje o PEFRON, temos um projeto-piloto experimentado em 2009, no Rio Grande do Sul, com resultados importantes. O relatório será lançado, agora, no dia 20 e 21, e o PEFRON será implementado em 11 Estados. Portanto, a nossa ideia é reforçar, orçamentária e estruturalmente, a política de fronteiras, este ano, implantando 11 pontos do País, envolvendo a Polícia Federal, as Polícias Cíveis e Militares e demais instituições da área da segurança pública. Então, a questão do policiamento de fronteira será uma das questões-chaves do nosso relatório — controlar a fronteira para que a arma e a droga não entrem com a facilidade que hoje entram.

A segunda questão será o sistema penitenciário. Do meu ponto de vista, reside aí uma das principais explicações para o fenômeno do aumento da



criminalidade e da violência no País. O sistema que tem um índice de reincidência, que em muitos Estados ultrapassam 75%, que, portanto, não cumpre o seu papel, é aquilo que nós chamaremos da profissionalização do sistema penitenciário. Isto passa obrigatoriamente pela valorização dos profissionais que atuam nessa área.

Portanto, essa questão relativa à reivindicação dos senhores — da profissionalização do sistema penitenciário, de uma mudança radical dessa concepção e que passa pela criação da Polícia Penal — estará contemplada como um dos eixos centrais do nosso relatório. (*Palmas.*)

Por fim, mas não menos importante, a questão do piso salarial. Eu entendo que hoje nós — conseguindo ter uma política forte, o controle das fronteiras, uma profissionalização do sistema penitenciário e resolvendo de maneira satisfatória a questão do piso salarial dos profissionais da área de segurança pública — não vamos resolver o problema, mas nós vamos encaminhar boa parte da solução desse problema.

Eu tenho estudo, que posso disponibilizar depois para os senhores, detalhado do custo que seria hoje a implantação do piso de inativos, ativos, policiais civis, policiais militares, corpos de bombeiros. Esse estudo não está contemplando os agentes penitenciários. Estudo muito importante e recente aponta que custaria hoje 10 bilhões, 952 milhões de reais, quase 11 bilhões de reais, a implantação do piso de 3 mil e 500 reais para a carreira dos praças, das polícias militares, dos policiais civis, dos bombeiros, e 7 mil reais como piso inicial da carreira de oficiais, da carreira de delegados. Significaria em torno de 842 milhões de reais/mês, envolvendo ativos e inativos, envolvendo todos os Estados da Federação.

Eu não tenho dúvida de que a solução definitiva dessa questão passará por uma mudança da Constituição que inclusive defina com clareza o papel da União, dos Estados e dos Municípios, porque nós não podemos incorrer também numa contradição de propormos uma complementação por parte do Governo Federal para o piso. Aí, um Estado como Sergipe, vai receber 300 reais, e um Estado muito mais rico, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, que paga salários piores, vão ser beneficiados com uma complementação muito maior, porque isso é um desestímulo para que os Estados façam a sua parte.



Então, nós teremos que encontrar uma alternativa que complemente esse processo, para que haja, de fato, um compartilhamento. Porque hoje, em que pesem muitas manifestações que foram feitas aqui, nenhum Governador se dispõe a discutir com seriedade a implantação do piso, que, em última análise, de alguma forma ou de outra, obrigatoriamente, terá de ter a participação dos Estados.

E sempre que nós discutimos essa questão, qual é a resposta que nós recebemos? Eu tenho participado de inúmeras reuniões com as entidades, com o Governo, com os Colégios de Líderes, e a pergunta que fazem é sempre uma: mas o dinheiro virá de onde? A receita virá de onde? E todos jogam para a necessidade de nós definirmos uma reestruturação do sistema, que defina o papel da União, dos Estados e dos Municípios.

Nós estamos estudando, e vamos apresentar o nosso relatório, uma proposta que aponta, não para um futuro longínquo, uma solução. Pelo contrário. A nossa ideia é propormos imediatamente a viabilização de uma receita transitória, mas que garanta a constituição de um fundo que financiará esse piso, até que se prove uma mudança na Constituição definindo o papel da União, dos Estados e dos Municípios dessa composição. (*Palmas.*)

Que proposta será essa que nós vamos fazer? O Brasil já teve, em momentos críticos, a necessidade de recorrer a medidas. Por exemplo: quando nós assumimos aqui, há 7 anos, a malha ferroviária do País estava destruída, as rodovias federais do Brasil estavam destruídas, e o Brasil tomou uma decisão que está em vigor até hoje: criou a CIDE. Hoje, cada vez que o cidadão abastece, paga para a constituição de um fundo, que tem uma finalidade específica: a manutenção e conservação da malha rodoviária federal dos Estados e dos Municípios. Hoje todas as rodovias federais do País foram licitadas ou estão em processo de recuperação. Já tivemos também outros momentos extremos.

Então, nós vamos defender a criação de uma contribuição específica, transitória, para a constituição desse fundo. Os senhores poderiam me perguntar: mas vamos penalizar toda a população com a criação de mais uma contribuição? Não. Nós estamos dispostos a propor, de imediato, uma contribuição específica para um único setor: o setor que mais contribui no País para o aumento da violência e da criminalidade.



Não há estatística de acidente de trânsito que não revele que mais de 90% dos casos envolve a questão do álcool, da bebida. Nós podemos aqui apostar que 70%, 80% das ocorrências que os policiais militares fazem, num final de semana, ou que chega a uma Polícia Civil, ou flagrante, numa delegacia, no caso de furto ou de roubo, envolve diretamente ou a questão da bebida ou a questão da droga.

E nós temos um setor no Brasil que é altamente lucrativo, um dos maiores do mundo. Para os senhores terem uma ideia, só a cerveja, durante o ano passado, significou alguma coisa em torno de 36 bilhões de latinhas vendidas no País. Esse mercado movimentou 108 bilhões de reais, só na cerveja.

Portanto, se nós criarmos — nós estamos ainda estudando os valores — uma contribuição sobre a bebida alcoólica, inferior do que aquela que hoje a população paga na gasolina para poder ter estradas em condições, nós temos condições de viabilizar o pagamento dessa diferença e profissionalizar o sistema penitenciário e aportar um recurso maior para o controle das fronteiras, tratando de um único setor, que é hoje o setor responsável pelo maior número de ocorrências de acidentes de trânsito, de violência, e assim por diante.

Nós temos hoje no País várias situações similares. Os fabricantes de aparelho celular são responsáveis pelo que acontece com a bateria. Os fabricantes de defensivos agrícolas são obrigados a oferecer um destino final para os recipientes. E eu pergunto aos senhores: qual é a contrapartida social que tem hoje a indústria da bebida no Brasil? Qual é a corresponsabilidade que existe entre a relação direta que nós temos do custo para a saúde, do número de acidentes, do número de ocorrências?

Então, o nosso relatório vai propor, para votação imediata, a criação de uma contribuição específica que tenha por finalidade viabilizar a constituição desse fundo. Enquanto se discute o papel da União, dos Estados e dos Municípios, essa contribuição financiará o piso nacional da segurança pública, a profissionalização do sistema penitenciário e a implantação da política de fronteira. *(Muito bem! Palmas.)*

Até o final deste mês, nós estaremos concluindo a definição de valores desse estudo. E aí, sim, senhoras e senhores, nós vamos ter oportunidade de ver de fato o compromisso de cada um com a segurança pública, porque o nosso relatório terá prioridade, do ponto de vista legislativo, para ser avaliado. Nós vamos transformar



cada uma dessas propostas em projetos de lei e oferecer alternativa para aqueles que nos perguntam: de onde vai vir o dinheiro?

Então, até que se resolva o papel de cada um dos Estados, da União e dos Municípios, nós vamos oferecer uma alternativa completa de receita que responde a essa questão e viabiliza imediatamente a criação do fundo e a criação do piso nacional.

Vamos, então, adiante e, de imediato, oferecer a palavra para os componentes da Mesa, para que possam fazer suas manifestações finais.

Pela ordem, Deputado Rodrigues.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES - Ilustre Presidente, Deputado Paulo Pimenta, quero cumprimentar V.Exa. pelas conclusões finais, brilhantes e certamente, diria, coerentes.

Eu quero, Sr. Presidente, já que tenho um voo às 18h30min, pedir a V.Exa. que eu falasse primeiro, para que eu possa concluir esses debates.

Nós tivemos, apenas este ano, Sr. Presidente, 3 fatos que marcaram a vida da nossa segurança pública em Minas Gerais.

No dia 8 de março, o agente penitenciário Ronald Amaral Martins, 12 tiros de Pistola 9 milímetros, na região oeste de Belo Horizonte. Ele foi morto, covardemente, na cidade de Betim, região metropolitana, porque não deixou que traficantes pesassem maconha na mercearia de seu pai — intervenção direta do agente penitenciário.

O soldado Fabrício José Menezes Mendes, lotado no 29º Batalhão, em Poços de Caldas, uma cidade muito bonita do sul de Minas, depois de uma fuga de um presídio de um dos presos, sofreu um tiro de Pistola 0.40 na testa e veio a falecer imediatamente.

O sargento PM Gilberto Carlos Pereira de Jesus, agora, dia 8, há 4 dias atrás, foi morto durante um assalto a um supermercado na cidade de Nanuque, região do extremo leste, divisa com o Estado da Bahia. O sargento tinha 28 anos de polícia e 3 filhos.

Essa é a realidade que, infelizmente, Sr. Presidente, quando veio aqui o Cel. Paes de Lira, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, bradar com toda a sua veemência, é porque parece que a vida dos agentes de segurança pública não tem



valor. A vida de um agente penitenciário, do policial militar, do policial civil, do bombeiro, parece que não tem valor. E é isso que foi colocado aqui: os míseros salários que nós recebemos em todos os Estados da Federação, apenas com exceção de 2 ou 3 Estados, que, no caso, são o Distrito Federal, a Paraíba e, parece-me, o Amapá. Os restantes estão numa situação muito ruim. Minas Gerais, hoje, não está nem numa situação boa nem numa situação péssima. Estamos, parece-me, que em 12º ou oitavo no ranqueamento dos Estados, com piso de 2.041 reais. Mas ainda é muito pouco.

Como disse o Major Fábio, para você pagar aluguel ou comprar imóvel, ter um veículo, pagar as despesas de orçamento doméstico, educação, ter moradia digna, saúde, é muito pouco para um profissional, enquanto em Minas Gerais um juiz e um promotor iniciam a carreira com piso, com vencimento de 20 mil reais. É um disparate enorme!

Agora, eu quero, Sr. Presidente, dizer da nossa tristeza de ver Líderes da base do Governo Lula, postergar e obstruir a votação da PEC 300 e da PEC 308.

Permita fazer aqui essas considerações e dizer que Deputados como V.Exa., que está na base do Governo, porque está no Partido dos Trabalhadores, está tendo essa experiência riquíssima de, neste momento, presidir esta sessão e, como Relator, de colher subsídios e ouvir depoimentos sinceros daqueles que realmente fazem segurança pública no dia a dia e que aqui podem trazer experiência dessa vivência e colocar as coisas de forma limpa e transparente da necessidade.

Quero aqui deixar claro, Sr. Presidente, que servi 15 anos na Polícia Militar de Minas Gerais e tenho 11 anos e 4 meses de exercício de mandato de Deputado Estadual, fui fundador da Comissão de Segurança Pública daquela casa, até hoje eu não vi nenhuma proposta concreta, efetiva, por parte do Governo Federal na área de segurança pública. Até hoje! Estou há 26 anos lidando com esse tema. Quem sabe agora, com a PEC 308, que cria a Polícia Penal, e a PEC 300, que estabelece o piso salarial mínimo para as polícias militares, bombeiros militares e policiais civis? Quem sabe chegou a hora de o Governo Federal dar essa contribuição? Ou será, Sr. Presidente, que continuaremos trazendo fotos — como trouxe aqui, impresso, está também num CD gravado a V.Exa., a foto do cabo Vandec, que tomou um tiro de Fuzil 762 na cabeça, e a relação completa, com data, com posto, com cargo ou



graduação dos 137 policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários que morreram em Minas Gerais, de 2003 até o presente momento.

Até quando vamos contabilizar apenas números de forma fria e não ter respeito à dignidade de um profissional tão valoroso como são os profissionais da segurança pública? (*Palmas.*)

Encerro as minhas palavras dizendo da felicidade de participar ao lado de V.Exa. e dos demais debatedores e de ter aqui acompanhado dos nossos agentes de segurança penitenciário, que fazem parte da minha luta lá, na Assembleia. Aqui vocês têm colegas de Minas Gerais que podem dar esse testemunho.

Muito obrigado a todos e que Deus possa abençoar esta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Coloco a palavra à disposição dos demais companheiros da Mesa, caso desejem fazer uma manifestação final.

O SR. JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO - Excelência, quero dizer que saio daqui realmente animado com a disposição e a determinação da Comissão na palavra de V.Exa., no sentido de medidas imediatas que necessitam ser tomadas. Quero apenas lembrar que a segurança pública, que muitos dizem nasceu com a responsabilidade dos Estados federados, na verdade, ao longo do tempo, mostrou que a necessidade se transfere para toda a República Federativa do Brasil, especialmente o Governo Federal, que não pode usar o artifício de que ela é do Estado federado para escapar de cumprir essas responsabilidades que ele tem, conforme art. 144 da Constituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Dr. José do Espírito Santo.

A palavra está à disposição.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES - Sr. Presidente, gostaria de concluir a minha parte desse trabalho, dizendo a V.Exa. que estou tremendamente emocionado, não só pela honra a mim concedida de ter podido participar deste trabalho, mas principalmente pelas palavras de V.Exa., quando nos deu, *en passant*, aquilo que será contido nesse relatório. Porquanto ele traz, a todos nós agentes penitenciários dos rincões do Brasil, uma esperança de uma verdade e de um



mundo melhor. O que viemos buscar nesta Casa e o que estamos fazendo aqui — ao longo de todo esse tempo e ficaremos aqui eternamente até sermos vencedores — é exatamente aquilo que V.Exa. se propõe a colocar nesse relatório: dignidade e respeito, para que possamos corresponder a nossa atividade e corresponder à sociedade com aquilo que ela realmente merece.

Estou me aposentando, Sr. Presidente — assim como muitos — e estou indo para casa feliz pelos 30 anos de serviços de luta e agora com a minha esperança renovada em vosso relatório.

Parabéns! Acho que esse é o caminho. O Brasil realmente vai melhorar. Entendo que novamente a oportunidade perdida, como bem dito aqui pelo nosso debatedor, em 1988, nasce agora com a pujança necessária para que nós, concidadãos brasileiros, possamos ter uma segurança pública digna daquilo que é a correspondência de uma sociedade livre, soberana, democrática e principalmente segura e feliz.

Muito obrigado pela participação. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Sr. Marcos Winck, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, e também do Sr. Francisco Garisto, dirigente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Passo a palavra para o nosso amigo Jânio Gandra, para que possa fazer as suas considerações.

O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA - Queremos, encerrando a nossa participação, mais uma vez, agradecer a oportunidade que nos foi concedida pelo convite e já deixar a nossa enorme satisfação em saber do resumo — apenas o início —, dos tópicos do relatório desta CPI através da comunicação do próprio Relator.

Como falei antes, nesta Casa existem muitos Deputados irresponsáveis, mas existem aqueles que são responsáveis e que, independente de partido político, trabalham em prol da coletividade e da sociedade brasileira. Sou testemunho do trabalho do Deputado Paulo Pimenta, não de agora, mas desde à época da PEC 41 da Previdência, em que foi um dos Deputados, que apesar daquela resistência do



Partido dos Trabalhadores de não incluir qualquer emenda modificativa naquela nefasta reforma, bom negociador, um político que nos atendeu.

Faço mais essa menção — que não tem nada a ver com o tema de hoje — por uma questão de justiça.

Não sou amigo pessoal do Deputado, mas aprendi admirar as pessoas, independente de bandeira partidária. Então, faço essa menção, para concluir.

Encerrando a nossa participação, quero dizer que o crime — há muitos criminosos no Brasil, infelizmente — está organizado. Ele trata os seus pares de uma forma que nós temos de tirar o chapéu. Ele paga para o defensor do seu criminoso 25 mil reais. E o Brasil, a quinta potência mundial econômica, paga esses míseros 1.500 reais. Temos que fazer uma revolução. E conclamo a todos, não só os nossos pares, policiais civis, mas também a todos os policiais militares, para que, mesmo impedidos de fazerem greve por força da lei, possam, juntamente conosco, caso decida a maioria dos Estados, no dia 14, realizar essa paralisação pacífica, essa greve nacional inédita, para mostrar definitivamente que queremos que prevaleça em nosso País a ordem e a justiça.

Para acabar com essa bandalheira que está se instalando em nosso País, propomos essa grande união para darmos um basta. Um basta a todos aqueles que não entenderam, até agora, o papel tão brilhante do operador de segurança pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Cel. Miler e depois o Leonel Lucas.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA - Sr. Presidente, quero, em nome da Federação Nacional das Entidades Oficiais, agradecer a oportunidade a V.Exa. Também neste momento, nesta Casa política em que já trabalhamos há muito tempo, desde o tempo em que o Garisto tinha cabelo, juntamente com o Wink... Então, são longas lutas em defesa da segurança pública. Como o próprio Deputado Paulo Pimenta colocou, em defesa da sociedade. É uma luta salutar. Também testemunhamos que ao longo desse tempo, mais de décadas, o Deputado Paulo Pimenta, mesmo antes de ser Deputado — 2 mandatos —, como assessor, já ajudava nesta causa. E como Deputado, somos testemunhas de que ele sempre nos ajudou, quer seja na área da Previdência, quer seja em outros projetos na área



penal ou processual penal. Sempre que nos socorremos a ele em defesa da segurança pública, seja para a Polícia Federal, Civil, Rodoviária, Agente Penitenciário, Polícia Militar e Bombeiro, sempre colocou o seu gabinete à disposição. E nesta audiência está dando mais esta oportunidade democrática e responsável com a sua visão do compromisso com a sociedade.

Com certeza esta mobilização provoca um amadurecimento às gerações que estão vindo, às gerações mais velhas que estão se aposentando, mas que continuam na causa.

Está aí o Garisto, estamos nós. Por quê? Porque esta é uma causa não corporativa. É uma causa da sociedade, porque este é o nosso compromisso.

Agradeço-lhe a oportunidade, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Cel. Miler, pelas palavras.

Passo a palavra ao Leonel Lucas, para que possa fazer a sua manifestação.

O SR. LEONEL LUCAS LIMA - Quero agradecer ao Deputado a oportunidade e dizer que é uma satisfação ver o Wink aqui do meu lado. É um amigo, parceirão, conterrâneo gauchão. Ficamos contentes quando vemos aqui o Gandra, do Amazonas; o Miler, de São Paulo; o Francisco, do Rio de Janeiro, falando do Pimenta, do jeito que estão falando. Lá, no nosso Estado, Gandra, o Pimenta é um símbolo para a Polícia Militar, um símbolo de honra que temos. Ele hoje aqui, apresentando e antecipando o seu relatório...

Tenho certeza de que mandei mensagem para todos os brigadianos pela Internet. Inclusive esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Já há um monte de brigadianos me ligando. Eles estão vendo uma saída — não é Cel. Miler? — pela PEC 300. Acho que todos estão querendo isso. E a gente fica orgulhoso do Pimenta, desse camarada que a gente pode chamar de irmão. Ele é nosso irmão realmente. A gente fica orgulhoso, Pimenta, de mais uma vez tu estás dando a saída. Aquela saída que tu fizeste, em 2003, para nós, nos livrou. E agora tenho certeza de que com esta demanda que estás apresentando para todos nós, não só para a Polícia Militar, mas também para a Polícia Civil, os agentes penitenciários, é a nossa saída, Pimenta. Tu estás dando aqui para nós.



Saio daqui confortado e não mais preocupado como estava. O senhor está mostrando, mais uma vez, o seu trabalho e a sua experiência junto às polícias militares e a todos os agentes de segurança pública.

Agradeço-lhe mais uma vez o convite, Pimenta, e digo-lhe que nós, no Rio Grande do Sul, vamos estar contigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Leonel Lucas, pelas palavras.

Não havendo mais nenhum dos oradores que compuseram a Mesa para fazer as manifestações finais e também em função do adiantado da hora, agradeço imensamente a presença a todos os senhores e a todas as senhoras e declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a reunião.